



ANGOLA

Julho de 2024

DISCUSSÕES SOBRE A PRIMEIRA AVALIAÇÃO PÓS-FINANCIAMENTO – COMUNICADO DE IMPRENSA; E RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO

No contexto da primeira avaliação pós-financiamento, os seguintes documentos foram publicados e estão incluídos neste pacote:

- **Comunicado de Imprensa**, que inclui a declaração da Presidente do Conselho de Administração.
- O **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa de especialistas do FMI para apreciação pelo Conselho de Administração de acordo com o procedimento de aprovação tácita, após as discussões concluídas a 17 de maio de 2024 com as autoridades de Angola sobre a evolução da economia e as políticas económicas. O Relatório do Corpo Técnico foi finalizado, a 13 de junho de 2024, com base na informação disponível na altura das discussões.

A política de transparência do FMI permite a supressão de informações suscetíveis de influenciar os mercados ou que constituam uma divulgação prematura das intenções das autoridades em termos de políticas nos relatórios do corpo técnico e noutros documentos publicados.

Para adquirir exemplares impressos deste relatório, entre em contacto com:

International Monetary Fund • Publication Services
PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090
Telefone: (202) 623-7430 • Fax: (202) 623-7201
E-mail: publications@imf.org Website: <http://www.imf.org>

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C.



Consulta no âmbito da avaliação pós-financiamento de Angola

PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA

Washington DC, 1 de julho de 2024: O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu a avaliação pós-financiamento de Angola.¹

Segundo a avaliação, a capacidade de reembolso de Angola ao FMI é adequada, embora sujeita a riscos. Apesar dos grandes desafios enfrentados em 2023, como a queda do preço do petróleo e da sua produção, Angola demonstrou resiliência. Os esforços das autoridades para dar seguimento às reformas económicas iniciadas no decorrer do Programa de Financiamento Alargado 2018–2021, nomeadamente nas áreas da gestão orçamental, mobilização de receitas, gestão da dívida, política monetária e estabilidade financeira, contribuíram para reforçar a resiliência da economia angolana.

O crescimento do produto manteve-se positivo em 0,9%, em 2023, graças à recuperação da produção de petróleo no quarto trimestre, e prevê-se que estabilize, atingindo uma média de 3,2% a médio prazo, graças à continuação das reformas estruturais e do programa de diversificação das autoridades. A inflação aumentou, tendo atingido o seu nível mais elevado dos últimos anos, devido à depreciação da moeda e a restrições da oferta. Ainda assim, espera-se que a inflação inicie uma trajetória descendente no segundo semestre de 2024, graças à melhoria da transmissão da política monetária e à atenuação dos choques da oferta.

O ajustamento das despesas ajudou a conter o impacto da descida dos preços do petróleo e da queda registada na produção, em 2023, muito embora os ganhos gerados pela consolidação orçamental tenham ficado abaixo do previsto. Prevê-se que o défice orçamental primário não petrolífero, estimado em 4,4% do PIB em 2024, diminua a um ritmo constante a médio prazo, com base numa melhoria modesta das receitas não petrolíferas, na redução moderada das despesas correntes e de capital, e nas poupanças resultantes da reforma dos subsídios aos combustíveis.

A dependência de Angola em relação ao petróleo e a sua elevada dívida externa continuam a constituir riscos orçamentais, mas as projeções indicam que as metas estabelecidas na Lei da Sustentabilidade das Finanças Públicas deverão ainda assim ser alcançadas. Entre os riscos de deterioração das perspetivas económicas incluem-se i) uma diminuição da produção interna de petróleo ou uma queda significativa dos preços internacionais do petróleo; ii) derrapagens na reforma dos subsídios aos combustíveis; e iii) repercussões negativas dos mercados internacionais de capitais.

¹ Após a conclusão de um [programa de empréstimo do FMI](#), o país beneficiário pode ser sujeito a uma avaliação pós-financiamento. A avaliação visa identificar riscos para a viabilidade financeira do país a médio prazo e emitir alertas precoces sobre os riscos que pesam sobre o balanço do FMI. Pode obter mais informações sobre o assunto, clique [aqui](#).

Avaliação do Conselho de Administração²

Angola está a recuperar dos choques enfrentados em 2023 e as perspetivas de base são favoráveis, embora os riscos permaneçam inclinados para o cenário negativo. O país foi simultaneamente atingido por uma queda da produção de petróleo e por um aumento dos pagamentos da dívida externa em 2023. A forte depreciação da taxa de câmbio que se seguiu ajudou a preservar as reservas externas e a mitigar o impacto orçamental. No entanto, a redução das receitas em divisas contribuiu para a depreciação da taxa de câmbio e pressões inflacionistas, bem como para um crescimento económico não petrolífero mais fraco, realçando a necessidade de melhorar as operações monetárias e o funcionamento do mercado cambial. As perspetivas de base apontam para uma melhoria gradual dos resultados em termos de crescimento, mas a forte exposição ao setor petrolífero cria riscos significativos.

A capacidade que Angola tem para reembolsar o FMI é adequada na medida em que os riscos são controláveis. No cenário de base, projeta-se que os reembolsos de Angola ao FMI aumentem a médio prazo, atingindo o seu valor máximo em 2026. Num cenário de choque grave, os indicadores de capacidade de reembolso projetados diminuiriam, mas manter-se-iam a um nível de risco controlável. Seria, portanto, imperativo tomar medidas para mitigar este choque, tais como permitir que a taxa de câmbio atue como um amortecedor de choques, prosseguir a reforma dos subsídios aos combustíveis e racionalizar as despesas.

É necessária uma consolidação orçamental sustentada para mitigar os riscos. É fundamental racionalizar as despesas a curto prazo e prosseguir a reforma dos subsídios aos combustíveis (com medidas de mitigação que visam apoiar os mais vulneráveis e uma estratégia de comunicação proativa). As autoridades devem igualmente aumentar as reservas de capital através da adoção de medidas de política fiscal que permitam mobilizar receitas internas não petrolíferas e progredir na agenda de reformas estruturais das finanças públicas, incluindo em matéria de gestão das finanças públicas e do investimento público.

São necessários esforços contínuos para melhorar o quadro de política monetária de modo a reduzir a inflação e apoiar o crescimento não petrolífero a médio prazo. A manutenção de uma orientação mais restritiva da política monetária a curto prazo e a melhoria da gestão da liquidez interbancária, juntamente com uma transição gradual para uma taxa de câmbio mais flexível, contribuiriam para atenuar a inflação, ancorar melhor as expectativas de inflação e reduzir os custos de financiamento dos setores público e privado. A coordenação de políticas entre o Ministério das Finanças e o Banco Nacional de Angola (BNA) relativamente às operações do mercado monetário é essencial para garantir uma gestão eficaz da liquidez interbancária e ajudaria a melhorar os resultados em termos de estabilidade orçamental e de preços.

São necessários esforços contínuos para consolidar a estabilidade financeira. O BNA registou progressos na operacionalização de novos quadros de supervisão e resolução bancárias, porém precisa de assumir uma postura mais decisiva em relação à sua implementação e aplicação. Para salvaguardar a estabilidade financeira e reduzir o risco

² O Conselho de Administração toma decisões de acordo com o procedimento de aprovação tácita quando os membros do Conselho concordam que uma proposta pode ser considerada sem a realização de discussões formais.

orçamental contingente, o BNA deve estar preparado para levar a cabo, de forma decisiva, a resolução ou liquidação dos bancos problemáticos, caso seja necessário, protegendo apenas os pequenos depositantes e minimizando os custos suportados pelos contribuintes. Devem ser acelerados os esforços em curso para constituir uma reserva orçamental destinada ao fundo de garantia de depósitos e para reforçar a proteção jurídica do BNA.

A implementação de amplas reformas estruturais é essencial para melhorar o ambiente de negócios e manter o crescimento no contexto de um declínio a longo prazo do setor petrolífero. A implementação do Plano de Desenvolvimento Nacional deve ser coerente com um quadro orçamental de médio prazo e deve tirar partido das recomendações apresentadas pelo quadro de avaliação da gestão do investimento público (PIMA). A abordagem das questões relacionadas com a governação, o género e as alterações climáticas continua a ser fundamental para alcançar a diversificação económica e o crescimento sustentável.

Angola: Principais Indicadores Económicos, 2023–2025

	2023	2024	2025
	Prel.	Proj.	
Economia real (variação percentual, salvo indicação em contrário)			
Produto interno bruto real	0,9	2,4	2,8
Setor petrolífero	-2,4	0,8	1,1
Setor não petrolífero	1,5	2,7	3,1
Produto interno bruto (PIB) nominal	14,4	29,6	18,6
Setor petrolífero	9,5	32,3	8,7
Setor não petrolífero	15,3	29,1	20,4
Deflador do PIB	13,4	26,5	15,3
Deflador do PIB não petrolífero	13,6	25,7	16,8
Preços no consumidor (média anual)	13,6	25,7	16,3
Preços no consumidor (final do período)	20,0	22,1	15,4
Produto interno bruto (em mil milhões de kwanzas)	75.046	97.233	115.278
Produto interno bruto petrolífero (em mil milhões de kwanzas)	11.569	15.306	16.632
Produto interno bruto não petrolífero (em mil milhões de kwanzas)	63.478	81.928	98.646
Produto interno bruto (em mil milhões de USD)	109,5	112,6	118,5
Produto interno bruto <i>per capita</i> (em USD)	2.963	2.945	2.993
Administração central (em percentagem do PIB)			
Total de receitas	17,4	18,1	17,2
<i>D/q</i> : Petrolíferas	10,3	10,7	9,7
<i>D/q</i> : Impostos não petrolíferos	6,1	6,3	6,4
Total de despesas	19,3	16,7	15,9
Despesas correntes	15,2	13,9	13,1
Despesas de capital	4,1	2,9	2,9
Saldo orçamental global	-1,9	1,3	1,2
Saldo orçamental primário não petrolífero	-6,4	-4,4	-3,4
Saldo orçamental primário não petrolífero (em percentagem do PIB não petrolífero)	-7,6	-5,2	-4,0
Moeda e crédito (fim de período, variação percentual)			
Agregado monetário (M2)	37,8	21,2	18,6
Em percentagem do PIB	20,8	19,5	19,5
Velocidade (PIB/M2)	4,8	5,1	5,1
Velocidade (PIB não petrolífero/M2)	4,1	4,3	4,4
Crédito ao setor privado (variação percentual anual)	28,8	20,3	12,5
Balança de pagamentos			
Balança comercial (em percentagem do PIB)	19,9	18,8	17,5
Exportações de bens, FOB (em percentagem do PIB)	33,7	32,7	31,1
<i>D/q</i> : Exportações de petróleo e gás (em percentagem do PIB)	31,7	30,5	28,4
Importações de bens, FOB (em percentagem do PIB)	13,8	13,9	13,6
Termos de troca (variação percentual)	-19,7	-1,8	-5,8
Saldo da conta corrente (em percentagem do PIB)	3,8	3,4	2,2
Reservas internacionais brutas (fim do período, em milhões de USD)	14.727	15.135	15.501
Reservas internacionais brutas (meses de importações do próximo ano)	7,2	7,2	7,1
Taxa de câmbio			
Taxa de câmbio oficial (média, em kwanzas por USD)	685
Taxa de câmbio oficial (no fim do período, em kwanzas por USD)	829
Dívida pública (em percentagem do PIB)			
Dívida (bruta) do setor público ¹	73,9	58,5	52,1
<i>D/q</i> : Dívida da administração central	68,4	55,3	49,8
Setor Petrolífero			
Produção de petróleo e de gás (milhões de barris por dia)	1,205	1,237	1,253
Exportações de petróleo e gás (em mil milhões de USD)	34,7	34,4	33,7
Preço do petróleo de Angola (média, em USD por barril)	80,6	81,0	76,7
Preço do petróleo Brent (média, em USD por barril)	82,3	82,5	77,8

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui a dívida da administração central, a dívida externa da petrolífera estatal Sonangol e da companhia aérea estatal TAAG, e a dívida garantida.



ANGOLA

AVALIAÇÃO PÓS-FINANCIAMENTO DE 2024

13 de junho de 2024

RESUMO

Contexto. Angola enfrentou importantes desafios em 2023, incluindo a produção e preços de petróleo mais fracos, mas o país manteve-se resiliente. No entanto, os ganhos decorrentes da consolidação orçamental foram inferiores aos previstos e a inflação aumentou. Segundo a avaliação, a capacidade de reembolso de Angola ao FMI é adequada, embora sujeita a riscos. Na eventualidade de ocorrer um cenário adverso, que inclua um choque prolongado dos preços do petróleo, os indicadores de reembolso deteriorar-se-iam, mas continuariam a ser, ainda assim, adequados.

Políticas. A gestão dos riscos exige especial atenção ao ajustamento orçamental e à redução da inflação, mantendo a estabilidade financeira e intensificando os esforços com vista à diversificação económica:

- **Política orçamental:** As autoridades devem criar um espaço orçamental adicional, através da prossecução das reformas orçamentais estruturais e da mobilização de receitas não petrolíferas. No caso de um cenário adverso, a continuação da implementação da reforma planeada dos subsídios aos combustíveis e a contenção das despesas de capital e correntes serão cruciais.
- **Política monetária:** Uma orientação mais restritiva da política monetária a curto prazo e a melhoria da gestão da liquidez interbancária, juntamente com uma transição gradual para uma taxa de câmbio mais flexível, contribuiriam para atenuar a inflação, ancorar melhor as expectativas de inflação e reduzir os custos de financiamento dos sectores público e privado.
- **Sector financeiro:** Para reduzir o risco orçamental contingente, o BNA deve estar preparado para levar a cabo, de forma decisiva, a resolução ou liquidação dos bancos problemáticos, caso seja necessário, protegendo apenas os pequenos depositantes e minimizando os custos suportados pelos contribuintes. Devem ser envidados esforços no sentido de constituir uma reserva orçamental destinada ao fundo de garantia de depósitos.
- **Crescimento e diversificação:** O empenho concreto das autoridades na implementação firme das reformas estruturais no âmbito do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) para 2023–27 (incluindo em matéria de governação, de género e de clima) é fundamental para a promoção de um crescimento diversificado, resiliente e inclusivo. O PDN tem de ser coerente com um quadro orçamental de médio prazo.

Aprovado por
Vitaliy Kramarenko e
Stefania Fabrizio

As discussões decorreram em Luanda, entre os dias 13 e 17 de maio de 2024. A missão reuniu-se com o Ministro de Estado para a Coordenação Económica, José de Lima Massano, com a Ministra das Finanças, Vera Esperança dos Santos Daves de Sousa, com o Ministro do Planeamento, Victor Hugo Guilherme, com o Governador do Banco Nacional de Angola, Manuel Tiago Dias, e com outros altos funcionários. A equipa do corpo técnico foi composta pelo Sr. Sy (chefe), as Sras. Abdelrazek e Pinto Grispos (todos do AFR), a Sra. Karlsdottir (MCM), a Sra. Parulian (SPR) e os Srs. Duarte Lledo (representante residente) e Miguel (economista local). O Sr. Essuvi (OEDAE) participou nas reuniões mais importantes sobre políticas. A Sra. Avila-Yiptong forneceu apoio de pesquisa. A Sra. Tawiah colaborou na elaboração do presente relatório.

ÍNDICE

CONTEXTO	4
EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPECTIVAS	4
CAPACIDADE DE REEMBOLSO	9
RISCOS E DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICAS	12
A. Riscos relativos às finanças públicas	12
B. Riscos relativos ao sector financeiro	15
C. Riscos para a estabilidade de preços e o crescimento	17
D. Cenário adverso ilustrativo	19
AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO	23
FIGURAS	
1. Indicadores de alta frequência selecionados, 2017–24	26
2. Evolução orçamental, 2017–24	27
3. Evolução do sector monetário, 2017–24	28
4. Evolução do sector externo, 2017–24	29
QUADROS	
1. Principais indicadores económicos, 2020–29	30
2a. Demonstração das operações da administração central, 2020–29	31
2b. Demonstração das operações da administração central, 2020–29	32

2c. Demonstração das operações da administração central, 2020–29	33
2d. Demonstração das operações da administração central, 2020–29	34
3. Contas monetárias, 2020–29	35
4a. Balança de pagamentos, 2020–29	36
4b. Balança de pagamentos, 2020–29	37
4c. Balança de pagamentos, 2020–29	38
5. Dívida pública, 2020–29	39
6. Necessidades e fontes de financiamento orçamental, 2023–29	40
7. Indicadores financeiros, 2015–23	41
8. Indicadores de crédito do FMI, 2021–30	42

ANEXO

I. Matriz de Avaliação de Riscos Mundiais I	43
---	----

CONTEXTO

1. A estabilidade macroeconómica manteve-se em 2023, não obstante um choque significativo no sector petrolífero. O crescimento prosseguiu a sua trajetória positiva. Os ajustamentos da despesa ajudaram a conter o impacto dos preços mais baixos do petróleo e da menor produção mais baixa sobre os indicadores externos e orçamentais. Os esforços das autoridades para dar seguimento às reformas económicas iniciadas durante o EFF 2018-21, nomeadamente nas áreas da gestão orçamental, mobilização de receitas, gestão da dívida, estabilidade financeira e independência do banco central, contribuíram para reforçar a resiliência da economia angolana.

2. São necessárias novas reformas para reduzir as vulnerabilidades da dívida e diversificar a economia. Para que a dívida pública atinja níveis mais seguros, as autoridades devem prosseguir os seus esforços na área orçamental, incluindo a redução dos subsídios aos combustíveis, a mobilização de mais receitas internas e a melhoria da qualidade da despesa, nomeadamente em áreas sociais, como a saúde, a educação e a proteção social específica. Uma gestão activa do passivo, incluindo os recentes requisitos menos exigentes em relação à conta de garantia para reembolsar os credores chineses, contribuiria igualmente para aliviar as pressões sobre a liquidez¹. Tendo em conta a elevada exposição à dívida em moeda estrangeira, os esforços para aprofundar os mercados de dívida nacionais são igualmente fundamentais para diversificar as fontes de financiamento a médio prazo. A implementação do [Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-27](#) (PDN) é crucial para diversificar a economia e as autoridades devem implementar com celeridade a sua estratégia para aumentar os investimentos de qualidade em formação e educação, reduzir as disparidades de género, aumentar o acesso ao financiamento, reforçar a resiliência às alterações climáticas e apoiar os esforços para melhorar a governação².

EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPECTIVAS

3. Em 2023, o crescimento foi superior ao projectado, graças a uma produção de petróleo melhor do que o previsto no último trimestre. O crescimento do PIB diminuiu para 0,9% em 2023, face a 3,0% em 2022, mas foi superior à projeção de 0,5% da avaliação ao abrigo do Artigo IV de 2023, graças a uma recuperação mais rápida da produção de petróleo. O crescimento do PIB real petrolífero ascendeu a 2,2% no quarto trimestre (em termos homólogos) dado que a produção de petróleo aumentou para 1,1 milhões de barris/dia. Pelo contrário, o crescimento do

¹ Em 19 de março de 2024, as autoridades angolanas e chinesas celebraram um acordo sobre a contabilização do pagamento antecipado do serviço da dívida. A partir de agora, os montantes antecipadamente pagos reduzirão o serviço da dívida subsequente, em vez de reduzirem apenas os pagamentos na data de vencimento. Estima-se que, em 2024, o serviço da dívida diminua 150–200 milhões de dólares por mês. Angola deve quase 40% da sua dívida externa a credores chineses.

² Ver Caixa 3, "Angola: Relatório do corpo técnico sobre as consultas de 2023 ao abrigo do Artigo IV", SM/24/26, março de 2024.

PIB não petrolífero manteve-se moderado, influenciado em grande medida pelos efeitos de repercussão desfasados da contração no sector petrolífero no início do ano.

4. A inflação aumentou para o seu nível mais elevado nos últimos dois anos, atingindo 28% em abril de 2024. O aumento da inflação medida pelo IPC, concentrado sobretudo nos bens alimentares, reflete efeitos desfasados da depreciação da moeda no ano passado superiores ao esperado e, em parte, restrições do lado da oferta relacionadas com a redução das importações de bens e condições meteorológicas adversas.

5. O BNA tornou a política monetária consideravelmente mais restritiva desde o início do ano. O banco central tomou várias medidas restritivas i) aumentou a sua taxa de juro diretora em 150 p.b. para 19,5% em maio; ii) eliminou a comissão de custódia dos saldos de reservas excedentárias³; e iii) aumentou o requisito de reservas obrigatórias em moeda local em 300 p.b. para 21%. Paralelamente, o Tesouro vendeu cerca de 300 milhões de dólares dos Estados Unidos a bancos comerciais. Consequentemente, as taxas interbancárias aumentaram mais de 1000 p.b. desde o início do ano para se aproximarem da taxa de juro diretora (Figura 3: Gráficos do painel).

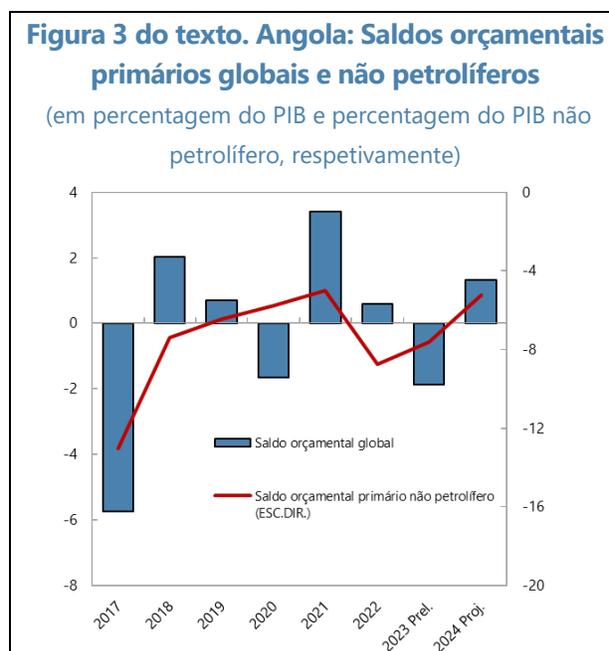
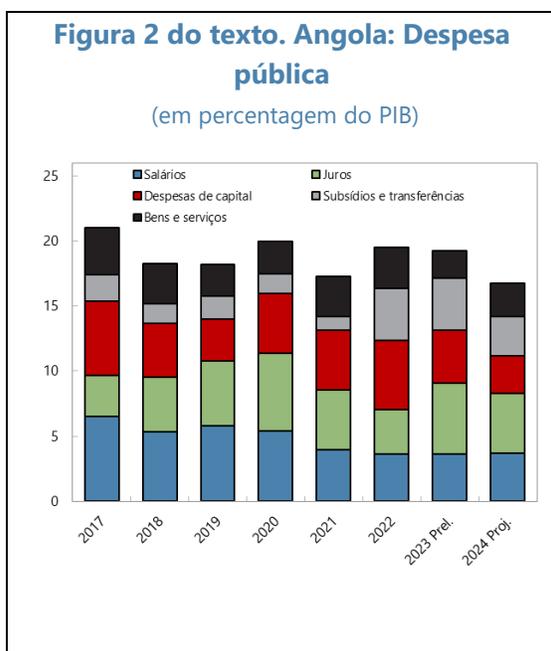
6. A taxa de câmbio manteve-se estável desde a depreciação de junho de 2023. (Figura 2 do texto). A fragmentação do mercado cambial continua a prejudicar a flexibilidade cambial. A saída do Tesouro do mercado cambial no ano passado concentrou ainda mais a oferta de moeda estrangeira a empresas petrolíferas multinacionais, cujas transações estão restringidas a um número limitado de bancos nacionais devido a normas de conformidade. Consequentemente, os atrasos cambiais aumentaram e surgiram diferenciais do mercado paralelos ilegais. No entanto, uma recente recuperação das receitas de petróleo do Tesouro desde o final de 2023 ajudou a reduzir estes diferenciais, com algumas oscilações cambiais entre março e maio de 2024. A este respeito, os trabalhos em curso no domínio do desenvolvimento de capacidades do FMI no sentido de melhorar o quadro de operações monetárias e cambiais do BNA são oportunos.

³ Esta comissão foi cobrada sobre os saldos diários dos bancos junto do BNA e exerceu uma pressão em sentido descendente sobre as taxas activas interbancárias.



7. Após uma redução significativa da restritividade em 2022, as autoridades tornaram a sua orientação orçamental mais restritiva em 2023, não obstante os ganhos decorrentes da consolidação orçamental terem sido inferiores ao previsto. Os saldos orçamentais primários globais e não petrolíferos estão estimados em -1,9% do PIB e -6,4% do PIB, respetivamente, em 2023 (ver Quadro 1 do texto). As menores receitas do petróleo em 2023 refletiram sobretudo preços e produção de petróleo mais baixos no primeiro semestre do ano, ao passo que as receitas não petrolíferas, em especial os impostos sobre o rendimento, se agravaram em resultado de uma dinâmica de crescimento mais fraca. Embora as autoridades tenham reduzido as despesas em 2023 (estimadas em cerca de 0,2% do PIB), o ajustamento foi inferior ao projectado (inicialmente previsto para 2,4 pontos percentuais do PIB), uma vez que vários factores reduziram os ganhos decorrentes das restrições no início do ano: i) as condições de financiamento mais restritivas no quarto trimestre deram origem a pagamentos de juros mais elevados, especialmente sobre a dívida interna, que aumentou ao longo deste período; ii) as poupanças líquidas estimadas decorrentes da reforma dos subsídios aos combustíveis foram totalmente compensadas por níveis de consumo de combustível superiores aos projectados (em especial no caso do gásóleo); e, em menor medida, iii) o aumento das despesas de capital no último trimestre do ano (ver Figuras 3 e 4 do texto)⁴.

⁴ O plano anunciado pelas autoridades em setembro de 2023 limita as despesas de investimento a projectos prioritários, bem como a projectos financiados por receitas internas e com um nível de execução de, pelo menos, 80% não foi implementado. Em vez disso, foi executado o nível de investimento de capital orçamentado (com linhas de financiamento autorizadas).



8. A dívida pública em percentagem do PIB atingiu um máximo em 2023 e os recentes requisitos menos exigentes em relação às contas de garantia para reembolsar os credores chineses deverão aliviar as pressões sobre a liquidez a curto prazo. A dívida pública aumentou para 73,9% do PIB em 2023, em comparação com 56,1% em 2022, impulsionada por uma taxa de câmbio significativamente mais baixa. O acordo celebrado com as autoridades chinesas sobre o serviço da dívida deverá disponibilizar 150-200 milhões de dólares por mês ao Tesouro a partir da conta de garantia e ajudar a melhorar as perspectivas da dívida. Dada a importância do Tesouro no mercado cambial, uma melhoria da trajetória do serviço da dívida externa pode ajudar a melhorar as condições de liquidez no mercado cambial.

9. O orçamento aprovado para 2024 pressupõe uma redução acentuada dos subsídios aos combustíveis. Uma vez que as autoridades prosseguiram os seus esforços de reforma iniciados em 2023 com um aumento dos preços da gasolina, o orçamento para 2024 pressupõe uma redução de 2 pontos percentuais do PIB nos custos dos subsídios aos combustíveis⁵. Até ao momento, as autoridades tomaram medidas em 23 de abril de 2024 para aumentar os preços do gasóleo em cerca de 48%, o que poderia conduzir a uma redução de 0,7 pontos percentuais dos

⁵ Em 1 de junho de 2023, o governo emitiu um decreto que estabelece uma abordagem em várias fases para a reforma dos subsídios aos combustíveis, incluindo um aumento a curto prazo do preço da gasolina de 160 kwanzas para 300 kwanzas por litro (87,5%), o que resulta num corte de 45% nos subsídios à gasolina. Prevê-se um novo aumento dos preços em 2024. Os restantes subsídios à gasolina e a outros combustíveis deverão ser eliminados em 2025.

custos dos subsídios⁶. O corpo técnico considera que a plena implementação da reforma dos subsídios em 2024 constitui um risco com efeito positivo para o cenário de base.

10. Os saldos externos em 2023 foram inferiores aos do ano anterior, mas permaneceram positivos. O excedente da conta corrente passou de 3,8% do PIB em 2023 para 8,3% do PIB em 2022. As exportações de petróleo e gás diminuíram cerca de 30% em termos homólogos em 2023, devido à inesperada prorrogação das operações de manutenção do petróleo e a uma redução de 20% dos preços do petróleo em Angola. Paralelamente, as importações diminuíram 12,6% (em termos nominais em dólares dos Estados Unidos) na sequência da depreciação da taxa de câmbio real. O ajustamento da taxa de câmbio em junho de 2023 ajudou a economia a adaptar-se à redução das exportações de petróleo e apoiou a posição externa. Por conseguinte, as reservas internacionais permaneceram, em geral, estáveis situando-se em 14,7 mil milhões de dólares em 2023, proporcionando 7,2 meses de cobertura das importações.

11. A implementação do PDN está em curso. O novo Ministério do Planeamento assume agora o papel de liderança na implementação do PDN⁷. As autoridades lançaram o *Projecto Diversifica Mais*, com destaque para o corredor de Lobito, que visa acelerar a diversificação económica com a ajuda do sector privado. O Conselho de Ministros aprovou a estratégia de luta contra a corrupção (Estratégia Nacional de Prevenção e Repressão da Corrupção), que apoiará as iniciativas de boa governação no âmbito do PDN⁸. A implementação firme das reformas estruturais integradas no PDN continua a ser fundamental para diversificar a economia de Angola, afastando-a do petróleo, e alcançar um crescimento sustentável e inclusivo.

12. Foram tomadas medidas positivas para melhorar as estatísticas das finanças públicas, embora com atraso. As autoridades estão a adoptar a apresentação do MEFP de 2014 para os dados orçamentais, com o apoio da AT do FMI, que ajudará a melhorar a eficácia e a transparência orçamentais. A conclusão e divulgação das séries históricas, inicialmente planeadas para 2023, estão agora previstas para o terceiro trimestre de 2024.

13. Perspectivas:

- a. **Espera-se que o crescimento recupere no curto prazo, apoiado pelo sector petrolífero.** A produção de petróleo continuou a recuperar no quarto trimestre de

⁶ Em 2023, os preços médios da gasolina, do gasóleo, do querosene e do GPL na bomba em Angola eram de 39,6%, 21,5%, 16,2% e 15,6% dos respetivos preços de recuperação de custos. O gasóleo (63,3%) e a gasolina (25,2%) representam, no seu conjunto, cerca de 88,5% do custo total dos subsídios.

⁷ Na sequência de uma reorganização governamental, as responsabilidades do antigo Ministério da Economia e Planeamento foram recentemente divididas entre o novo Ministério do Planeamento, que se centrará na política de desenvolvimento, e o Ministério da Indústria e do Comércio, que herdará a área da economia.

⁸ A estratégia salienta i) a prevenção através da adopção de um código de ética e probidade pública e de uma maior transparência na gestão das finanças públicas e na adjudicação de contratos públicos; ii) a deteção através do reforço da proteção das testemunhas e da identificação dos beneficiários efectivos; e iii) a repressão através de reformas destinadas a reforçar a independência, a capacidade e a agilidade do sistema judicial no tratamento de casos de corrupção.

2023 e no primeiro trimestre de 2024. O cenário de base pressupõe a manutenção da produção de petróleo em 1,08 milhões de barris por dia em 2024. Espera-se que as repercussões positivas do sector petrolífero, a par da diminuição das restrições da oferta de moeda estrangeira, apoiem a actividade económica não petrolífera, reduzindo gradualmente o hiato negativo do produto a partir do início de 2024. A inflação deverá atingir um máximo no primeiro semestre de 2024 e começar posteriormente a diminuir com o desvanecimento dos choques da oferta. O crescimento não petrolífero a médio prazo depende, em grande medida, da implementação das reformas estruturais das autoridades; e o cenário de base pressupõe um crescimento do PIB real de cerca de 3,2% no médio prazo.

- b. **Prevê-se que a balança de pagamentos se mantenha excedentária a médio prazo, a um nível ligeiramente inferior ao projectado no Artigo IV.** O excedente da conta corrente deverá ser inferior devido ao aumento das importações, refletindo principalmente uma inflação mais elevada e o crescimento do PIB nominal. Tal foi parcialmente compensado pela evolução da conta de operações financeiras⁹.
- c. **Os riscos para o cenário de base permanecem elevados.** Entre os riscos com efeitos negativos incluem-se i) uma diminuição da produção interna de petróleo ou uma queda significativa dos preços internacionais do petróleo; ii) derrapagens na reforma dos subsídios aos combustíveis; e iii) repercussões negativas dos mercados internacionais de capitais. Uma combinação destes riscos poderia resultar em resultados negativos para os sectores orçamental e externo, a taxa de câmbio e a sustentabilidade da dívida. Os riscos em sentido ascendente incluem i) uma recuperação superior ao previsto no sector petrolífero; e ii) a plena implementação da reforma dos subsídios aos combustíveis, tal como previsto no orçamento.

14. Opinião das autoridades: As autoridades concordaram globalmente com as projeções de crescimento a médio prazo. No entanto, observaram dividendos superiores ao previsto das medidas de diversificação. Reconheceram as pressões sobre a taxa de câmbio, a inflação e a sustentabilidade da dívida resultantes de um crescimento fraco e dos riscos de atraso da consolidação orçamental.

CAPACIDADE DE REEMBOLSO

15. A capacidade que Angola tem para reembolsar o FMI é adequada no cenário de base. O volume total do crédito pendente ao FMI era de 3,1 mil milhões de DSE (416,1% da quota ou 27,9% das reservas internacionais brutas) no final de 2023. Apesar de se esperar que os reembolsos ao FMI aumentem a médio prazo, em 2026 atingiriam o máximo de 5,9% das RIB

⁹ Espera-se que a amortização da dívida externa em 2024 seja inferior devido ao recente acordo celebrado com a China. Em conformidade, o endividamento bruto é superior à amortização (fluxo de entrada positivo) em 2024.

(7,1% das RIB líquidas do serviço de dívida com garantia), 10% do serviço da dívida externa e 2,6% das exportações, globalmente em linha com os programas de EFF recentemente aprovados.

16. Os principais riscos para a capacidade de reembolso de Angola decorrem da materialização de um menor desempenho do sector petrolífero e de atrasos persistentes no ajustamento orçamental. Embora o sector petrolífero tenha recuperado recentemente, Angola continua a enfrentar riscos a curto prazo, dada a volatilidade do sector e o amadurecimento dos campos petrolíferos do país. Um cenário, como em 2023, de queda dos preços e da produção de petróleo, conduziria a uma nova fragilização do sector orçamental e externo, resultando em necessidades de financiamento mais elevadas, numa depreciação do kwanza, numa diminuição das reservas internacionais e, em última análise, numa redução da capacidade de reembolso. A diminuição das receitas do petróleo teria também um impacto de repercussão nas receitas não petrolíferas. Além disso, os atrasos na implementação da reforma dos subsídios aos combustíveis prevista no orçamento para 2024 aumentariam a vulnerabilidade das finanças públicas através de um aumento das necessidades brutas de financiamento (NBF). Espera-se, todavia, que a capacidade de Angola para reembolsar continue a ser adequada num cenário adverso, embora seja necessária uma política orçamental mais activa, tal como referido no ponto 34.

17. Outros riscos:

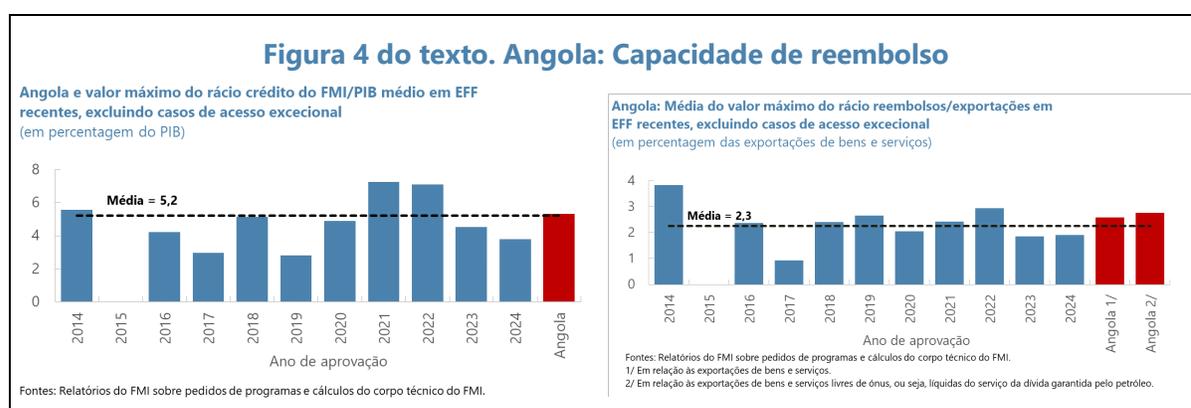
- **Crescimento (petróleo, clima e reformas estruturais em atraso):** No período que antecede as próximas eleições (previstas para 2027), as tensões políticas poderão aumentar, dificultando a implementação das reformas orçamentais. As reformas de diversificação poderão também estagnar, enquanto os desafios no sector petrolífero se repercutirão na economia não petrolífera. Os choques relacionados com o clima podem ter efeitos adversos no sector agrícola, desafiando assim a consolidação orçamental e a estabilidade de preços. Uma implementação mais lenta das reformas em matéria de governação previstas no PDN e na estratégia do governo de luta contra a corrupção e o CBC/FT (incluindo a implementação de uma lei relativa aos beneficiários efectivos e de um registo) poderá também prejudicar as perspectivas a médio prazo.
- **Sistema bancário.** Novos atrasos na resolução de um grande banco insolvente e deficitário podem aumentar os passivos contingentes orçamentais.

18. Com base na avaliação ao abrigo do Artigo IV de 2023, a posição externa de Angola em 2023 é avaliada como estando globalmente em consonância com o nível sugerido pelos fundamentos e pelas políticas desejáveis¹⁰. A diminuição da produção de petróleo no primeiro semestre de 2023 contribuiu para um enfraquecimento da posição externa, que foi parcialmente compensada por uma depreciação da taxa de câmbio efectiva real. A posição de investimento internacional (PII) melhorou de -22,2 mil milhões de dólares para -20,9 mil milhões de dólares em 2023. Tanto os activos como os passivos registaram uma redução em 2023, com a

¹⁰ Ver Relatório do corpo técnico ao abrigo do Artigo IV de Angola de 2023, Anexo II.

diminuição dos passivos a ultrapassar a dos activos. Do lado dos activos, os depósitos em moeda de curto prazo e os créditos comerciais diminuíram ligeiramente, o que reflete uma menor produção de petróleo e a evolução dos preços em 2023. Do lado dos passivos, uma redução significativa dos empréstimos do sector público ajudou a melhorar a PII no final de 2023. Espera-se que a PIIL melhore a médio prazo, em consonância com a diminuição projectada do rácio dívida externa/PIB. Apesar das menores exportações de petróleo, os saldos externos permanecem relativamente robustos. Os riscos decorrentes de passivos externos são, na sua maioria, mitigados pelos activos externos, incluindo os activos acumulados do Fundo Soberano¹¹. Projecta-se que as reservas cambiais de Angola se mantenham num nível adequado a médio prazo. No final de 2023, as reservas ascendiam a cerca de 130% da métrica ARA ao abrigo de um regime de taxa de câmbio flutuante. Dados recentes, impulsionados por uma produção de petróleo superior ao previsto¹², revelam um excedente da conta corrente superior ao esperado, correspondente a 3,8% do PIB, em comparação com uma projeção de 3,1% na consulta ao abrigo do Artigo do IV de 2023, o que ajuda a colmatar o hiato negativo da conta corrente anteriormente estimado.

19. Os indicadores de capacidade de reembolso de Angola são vulneráveis a choques, mas continuam a ser adequados. O crédito em dívida ao FMI alcançou um máximo de 5,3% do PIB em 2021 (13,3% das exportações) e manteve-se abaixo da média dos programas EFF recentemente aprovados desde 2018 (ver Figura 5 do texto). No entanto, a capacidade de reembolso de Angola deverá manter-se abaixo da média a médio prazo (ver Quadro 8). A resiliência do país a vários episódios anteriores de choques petrolíferos, a sua capacidade comprovada para ajustar rapidamente as políticas face a choques e o seu forte historial de reembolso a outros credores e ao FMI sugerem que o seu risco de reembolso ao FMI é contido e controlável.



¹¹ Cerca de 1,1 mil milhões de dólares em abril de 2024

¹² Apresentados pelas autoridades ao STA em março de 2024.

RISCOS E DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICAS

As discussões de avaliação pós-financiamento centraram-se nos riscos relativos às finanças públicas, ao sector financeiro e ao crescimento, e basearam-se na análise de um cenário adverso.

A. Riscos relativos às finanças públicas

20. Os riscos para as finanças públicas permanecem numa trajetória descendente.

Apesar da recuperação da produção interna de petróleo e da melhoria das perspectivas dos preços do petróleo, o espaço orçamental foi reduzido devido à consolidação orçamental inferior ao previsto em 2023 (precedida por um abrandamento significativo em 2022). A dependência de Angola do petróleo e a sua elevada dívida externa continuam a representar riscos orçamentais, mas as projeções indicam que as metas estabelecidas na Lei da Sustentabilidade das Finanças Públicas deverão ser ainda assim alcançadas¹³. O orçamento de 2024 prevê uma redução dos subsídios aos combustíveis em dois pontos percentuais do PIB. O cenário de base pressupõe, em vez disso, uma implementação gradual da reforma dos subsídios aos combustíveis, com cortes de um ponto percentual do PIB em 2024 e 2025, respetivamente, bem como novas reduções das despesas com remunerações.

21. **As revisões das previsões ao abrigo do Artigo IV são motivadas pelas atualizações relativas à evolução recente e às políticas, bem como pelos efeitos do recente rebaseamento do PIB [ver Quadro 1 do texto]**¹⁴. As principais atualizações às previsões ao abrigo do Artigo IV incluem:

- As **receitas do petróleo** foram ligeiramente revistas em baixa, apesar do aumento dos preços do petróleo em 2024 e da recuperação da produção de petróleo no final de 2023 e no início de 2024. Tal reflete sobretudo uma recuperação mais conservadora da produção de petróleo em comparação com as projeções apresentadas ao abrigo do Artigo IV.
- As **receitas não petrolíferas** foram ligeiramente revistas em alta em comparação com 2023, em parte devido a um desempenho melhor do que o esperado no primeiro trimestre de 2024 e a uma recuperação do produto mais forte esperada em 2024.
- As **despesas de capital** foram revistas em alta, de modo a alinharem-se, globalmente, com os valores do orçamento para 2023 (26% mais elevados em termos nominais do que as previsões ao abrigo do Artigo IV, que pressupunham cortes no investimento público,

¹³ A Lei da Sustentabilidade Orçamental fixa metas a médio prazo para a dívida e para o défice primário não petrolífero de 60% do PIB e 5% do PIB, respetivamente, a curto prazo.

¹⁴ A Direção de Estatística publicou contas nacionais rebaseadas em maio de 2024. O ano de base foi revisto do final da guerra civil em 2002 para 2015 para refletir as alterações na estrutura económica – principalmente a maior dimensão do sector agrícola. Consequentemente, em 2023, o PIB nominal aumentou 13,1%, contribuindo para a revisão em baixa do indicador de carga da dívida projectado, em média, em cerca de 10 pontos percentuais.

como anteriormente previsto pelas autoridades). As projeções para 2024 são 14% superiores às estimativas da avaliação ao abrigo do Artigo IV.

- A **dívida** deverá atingir 58,5% do PIB em 2024, impulsionada por uma base do PIB nominal mais elevada e por um pagamento antecipado superior da dívida. Projecta-se que o rácio da dívida diminua de forma constante a partir de 2024, graças a uma manutenção do excedente primário e à melhoria das perspectivas de crescimento.
- Prevê-se que o **défice orçamental primário não petrolífero, estimado em 4,4% do PIB em 2024**, diminua a um ritmo constante a médio prazo, com base numa melhoria modesta das receitas não petrolíferas, na redução moderada das despesas correntes e de capital, e nas poupanças resultantes da reforma dos subsídios aos combustíveis.

22. O financiamento orçamental parece controlável no cenário de base, embora as necessidades de financiamento aumentem moderadamente com o vencimento de um volume significativo de Eurobonds em 2028–29. O cenário de base pressupõe a continuação da emissão de dívida interna a mais longo prazo, uma vez que se considera que a capacidade dos bancos nacionais para absorver o montante projectado se mantém globalmente adequada a médio prazo; a materialização do segundo empréstimo do Banco Mundial para políticas de desenvolvimentos¹⁵; e o apoio multilateral. Seria necessário um regresso aos mercados até 2028 para satisfazer o grande volume de Eurobonds que vence durante este período. Com base nestes pressupostos, as NBF em percentagem do PIB continuam a ser controláveis a médio prazo. A ASD de 2023 ao abrigo do Artigo IV avaliou a dívida pública de Angola como sustentável, mas com um risco elevado, refletindo i) a exposição ao risco cambial (tendo em conta a elevada percentagem de dívida em moeda estrangeira); ii) a exposição aos preços e à produção de petróleo (impacto nas receitas do petróleo); e iii) uma reduzida base de credores.

23. O stock de atrasados aumentou em 2023, mas mantém-se globalmente estável em 2,6% do PIB (2,5 biliões de kwanzas), tal como estimado no relatório da avaliação ao abrigo do Artigo IV. Os atrasados continuam a representar um risco orçamental significativo, mas estabilizaram desde a depreciação da taxa de câmbio de junho de 2023¹⁶. As autoridades estão a tomar medidas encorajadoras para publicar regularmente o stock e a composição dos atrasados, embora esteja ainda por finalizar um plano de liquidação a médio prazo.

24. Políticas de mitigação: Tendo em conta os elevados riscos orçamentais a curto prazo, as autoridades devem racionalizar as despesas, especialmente em 2024, e prosseguir a sua reforma dos subsídios aos combustíveis com as medidas de mitigação apropriadas e a estratégia de comunicação implementada. As autoridades devem também criar espaço orçamental adicional

¹⁵ O Banco Mundial está a considerar um segundo empréstimo para políticas de desenvolvimentos no valor de 500 milhões de dólares ao governo de Angola.

¹⁶ Os atrasados antigos do sector externo representam um pouco menos de dois terços do volume de atrasados (1,6 biliões de kwanzas ou 1,6% do PIB) e são devidos a duas empresas chinesas para o pagamento de projectos de infraestruturas.

através de i) medidas de política fiscal não petrolífera, incluindo uma redução do limiar do IVA; ii) um ajustamento dos escalões do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) para melhorar a progressividade do regime de IRS; iii) a criação de um registo predial e de um imposto predial; e iv) as medidas orçamentais estruturais identificadas durante a recente avaliação ao abrigo do Artigo IV, incluindo as relacionadas com a administração tributária, a gestão das finanças públicas e a gestão do investimento público (incluindo através da implementação das recomendações da PIMA de 2019)¹⁷, a reforma e privatização das empresas públicas e a adjudicação de contratos públicos.

Quadro 1 do texto. Angola: Revisões orçamentais, 2022–24

	2022		2023			2024		
	AIV ¹	Est. ²	AIV ¹	Prel. (Ano-base do PIB anterior) ³	Prel. ²	AIV ¹	Proj. (Ano-base do PIB anterior) ³	Proj. ²
Receitas	23,2	20,1	20,0	20,1	17,4	20,8	20,9	18,1
Impostos petrolíferos	13,6	11,7	12,1	11,9	10,3	12,8	12,4	10,7
setor não petrolífero	9,6	8,3	7,9	8,2	7,1	8,0	8,5	7,3
Despesa	22,5	19,5	20,1	22,3	19,3	18,2	19,4	16,7
Salários	4,2	3,6	4,2	4,2	3,6	4,2	4,2	3,7
Bens e serviços	3,6	3,1	2,8	2,4	2,1	2,9	3,0	2,6
Pagamentos de juros	4,0	3,5	5,6	6,3	5,4	5,3	5,4	4,6
Subsídios	3,6	3,2	3,1	3,6	3,2	2,1	2,5	2,1
Transferências e outras despesas correntes	1,0	0,9	0,7	1,0	0,9	0,7	1,0	0,8
Despesas de capital	6,1	5,3	3,8	4,7	4,1	3,0	3,3	2,9
Saldo orçamental global	0,7	0,6	-0,1	-2,2	-1,9	2,6	1,5	1,3
Saldo orçamental primário global	4,7	4,1	5,5	4,1	3,6	7,8	6,9	6,0
Saldo orçamental primário não petrolífero	-8,5	-7,3	-6,3	-7,5	-6,4	-4,5	-5,1	-4,4
PIB nominal (em mil milhões de kwanzas)	56.769	65.604	64.678	64.855	75.046	82.591	84.132	97.233

¹ Angola - Relatório do Corpo técnico sobre as consultas de 2023 ao abrigo do Artigo IV (SM/24/46).
² O PIB nominal foi revisto em alta em consequência da atualização do ano base de 2002 para 2015.
³ As diferenças no PIB nominal da coluna "AIV" e desta coluna refletem as alterações dos pressupostos da Avaliação Pós-Financiamento, ao nível da inflação e do crescimento.
Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

25. Opinião das autoridades: As autoridades reiteraram o seu compromisso para com as âncoras orçamentais ao abrigo da Lei da Sustentabilidade Orçamental e reconheceram a necessidade de ajustamento orçamental para as cumprir. Os esforços de aumento das receitas centrar-se-ão no alargamento da base tributária e na redução da informalidade¹⁸ através da prossecução de reformas estruturais e administrativas¹⁹. As autoridades reconheceram a

¹⁷ As principais recomendações do PIMA incluem i) reforçar a avaliação dos projectos, incluindo análises de viabilidade económica e financeira; ii) assegurar o cumprimento da Lei da Sustentabilidade Orçamental; e iii) incentivar a concorrência e a transparência na adjudicação de contratos públicos.

¹⁸ A redução da informalidade inclui a concentração nos registos de 20.000 estabelecimentos comerciais com vista a aumentar o IVA, o imposto predial e o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares.

¹⁹ As reformas incluem os esforços em curso em matéria de digitalização e registo predial através da adopção de tecnologias de georreferenciação. Espera-se igualmente que a introdução de um certificado de cumprimento das obrigações fiscais para os importadores e a participação na adjudicação de contratos públicos mobilize as receitas internas não petrolíferas.

importância das medidas de mitigação para as pessoas vulneráveis no âmbito da reforma em curso dos subsídios aos combustíveis²⁰. As autoridades pretendem igualmente acelerar a privatização das empresas públicas, a fim de reduzir os riscos orçamentais e alargar a base tributária. Observaram também que a racionalização das despesas correntes e de capital continuaria a ser uma opção em caso de um choque imprevisto. As autoridades salientaram os esforços activos em curso de gestão dos passivos²¹ e sublinharam a sua intenção de continuar a melhorar as práticas de gestão de tesouraria com a AT do FMI.

B. Riscos relativos ao sector financeiro

26. O sector bancário continua fragmentado, com bolsas de vulnerabilidades. No final de 2023, os fundos próprios regulamentares e a rendibilidade comunicados eram elevados, ascendendo a 30% e 4,2% dos activos, respetivamente, apoiados por ganhos cambiais entre bancos e custos com imparidades diferidos (complacência regulamentar) num grande banco problemático deficitário (6% dos activos do sistema)²² (Quadro 7). Em 2023, os empréstimos não produtivos aumentaram 1,5 pontos percentuais em termos homólogos para 15,9% e, alegadamente, estão totalmente provisionados. As carteiras de empréstimos relativamente pequenas (26% dos activos) e as restrições ao crédito em moeda estrangeira ajudaram a conter o risco de crédito, enquanto as posições abertas líquidas em moeda estrangeira da maioria dos bancos passaram a apresentar valores negativos em 2023²³, aumentando o risco de nova depreciação da moeda. Na sequência do programa de avaliação pelo supervisor do BNA para 2023/24, três bancos de pequena dimensão (6% dos activos do sistema) receberam instruções no sentido de apresentarem planos com prazos definidos para reforçar os seus modelos de negócio, a governança interna e a gestão do risco.

27. A resolução bancária em atraso representa um passivo orçamental contingente cada vez maior. Embora as autoridades tenham comunicado publicamente que o grande banco problemático não será resgatado, subsistem passivos orçamentais contingentes, incluindo o potencial apoio ao fundo de garantia de depósitos, bem como as exposições em imparidade do BNA ao banco. As exposições interbancárias negligenciáveis reduzem o risco de contágio.

28. Políticas de mitigação: A fim de apoiar a supervisão macroprudencial e microprudencial e medidas corretivas atempadas, o BNA publica relatórios semestrais sobre a estabilidade financeira, exige que os bancos preparem planos de recuperação (primeira apresentação até ao

²⁰ O programa Kwenda, financiado sobretudo através do Banco Mundial, continua a ser uma importante fonte de mitigação nas zonas rurais. Estão a ser considerados outros programas em zonas urbanas (incluindo programas de emprego dos jovens).

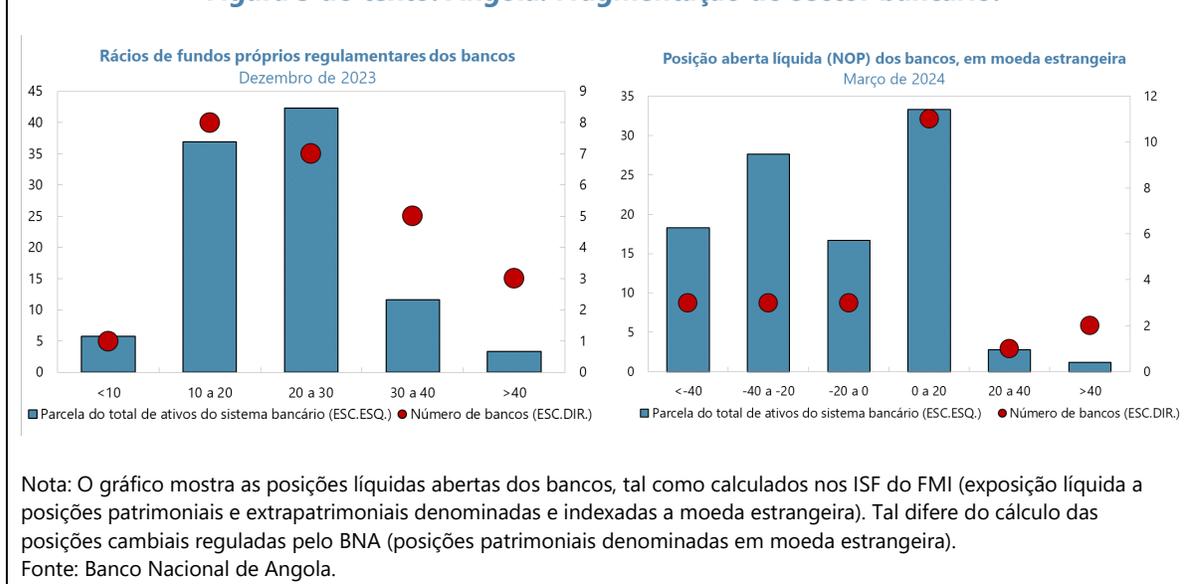
²¹ Está também a ser ponderado o desenvolvimento dos mercados de dívida interna e financiamento externo em condições concessionais.

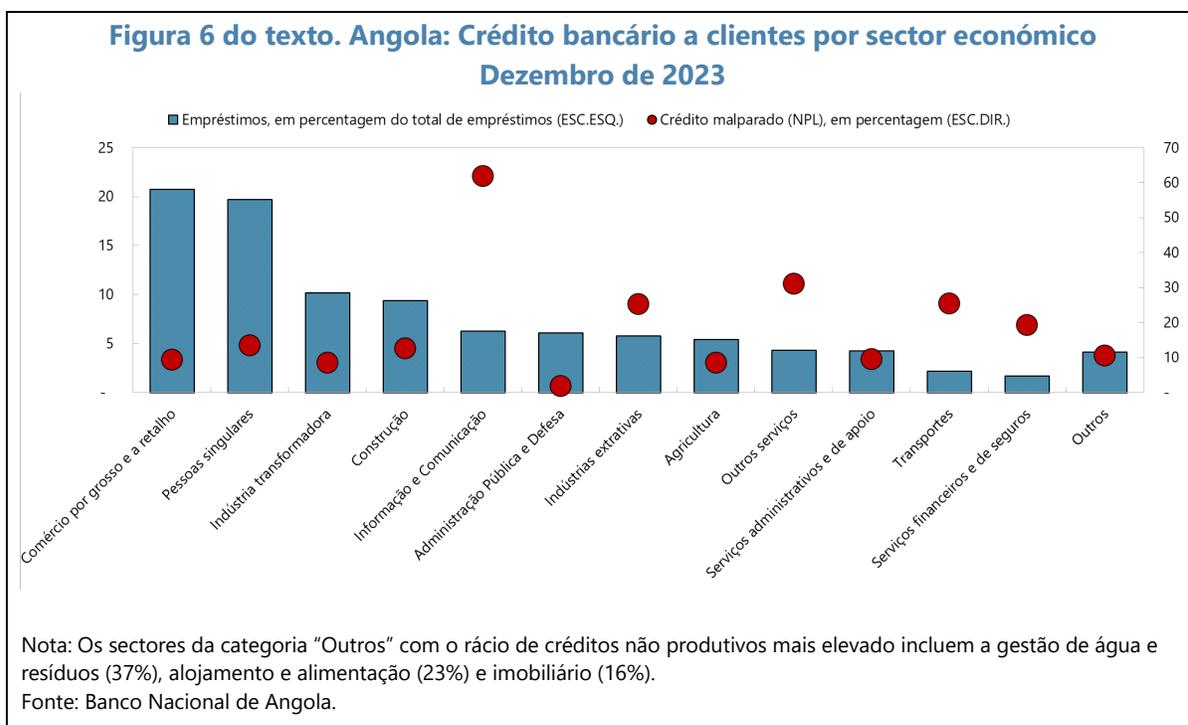
²² Embora o banco problemático não desempenhe funções críticas, o BNA classifica-o como de importância sistémica devido à sua quota de mercado.

²³ Devido às suas posições abertas líquidas positivas iniciais em moeda estrangeira, os lucros dos bancos aumentaram com a depreciação do kwanza (os bancos equilibraram os seus passivos cambiais com obrigações indexadas à taxa de câmbio). No final de 2023, porém, o total de posições abertas líquidas face aos fundos próprios passou a ser negativo, situando-se em -20% e -5%, excluindo o grande banco problemático.

final de julho de 2024) e conduz testes de esforço com abordagem *top-down* e avaliações específicas do risco de crédito e da governação corporativa de cada banco. O BNA elaborou igualmente um plano de supervisão para o risco de CBC/FT nas instituições bancárias e não bancárias. Para apoiar estes esforços, o corpo técnico instou o BNA a lidar de forma mais decisiva com o grande banco problemático, a cessação da complacência regulamentar, a disponibilização de cedência de liquidez (operações de mercado aberto e cedência de liquidez de emergência) apenas a bancos com perspectivas de solvência credíveis, a reforçar a sua supervisão do risco cambial e a melhorar a compilação de indicadores de solidez financeira (ISF). A adoção de legislação derivada fundamental no início de 2024 constituiu um marco importante no sentido da operacionalização do regime de resolução bancária do BNA e para facilitar ainda mais a resolução ordenada dos bancos, as autoridades devem estabelecer um mecanismo de financiamento de apoio orçamental para o fundo de garantia de depósitos e reforçar a proteção jurídica do pessoal do BNA (incluindo a garantia de proteção dos antigos funcionários).

Figura 5 do texto. Angola: Fragmentação do sector bancário.





29. Opinião das autoridades: As autoridades concordaram com o teor geral das recomendações e do aconselhamento do corpo técnico. O BNA observou que a sua supervisão se centra na governação e nos controlos internos dos bancos com vista a reforçar o desempenho global e a estabilidade do sector; e o seu projecto de plano de supervisão do risco de CBC/FT está em consonância com as recomendações da avaliação do ESAAMLG de junho de 2023. O BNA reconheceu a necessidade de um acompanhamento rigoroso do risco cambial e comunicou progressos na implementação das recomendações da AT do FMI relativas à compilação de ISF. O BNA iniciou uma revisão da Lei das Instituições Financeiras, centrada nas instituições não bancárias e na proteção do pessoal do BNA, e pretende propor alterações jurídicas em 2025. O BNA continua a ponderar as opções de resolução do grande banco problemático. As autoridades tencionam dar prioridade ao estabelecimento de um mecanismo de apoio orçamental para a DGF. Prevê-se que Angola tenha um Programa de Avaliação do Sector Financeiro (FSAP) em 2025 e as autoridades consideram que tal constitui uma oportunidade para fazer um balanço das reformas do sector financeiro e receber orientações relativas a novas reformas.

C. Riscos para a estabilidade de preços e o crescimento

30. A continuação das pressões inflacionistas e as fricções no mercado cambial envolvem o risco de desancorar as expectativas inflacionistas e dificultar a transição para um regime de metas de inflação. Recentemente, verificou-se a intensificação das pressões inflacionistas devido, em parte, a políticas de substituição de importações que restringiram a oferta de produtos alimentares e o acesso a factores de produção críticos. Além disso, fricções no mercado cambial afetaram as expectativas do mercado após uma refixação súbita da taxa de

câmbio e uma desancoragem parcial das expectativas de inflação. A desancoragem das expectativas de inflação impõe custos aos sectores público e privado através do aumento dos custos de financiamento em kwanzas. De acordo com as recomendações de desenvolvimento de capacidades do FMI, a melhoria do funcionamento do mercado cambial e do quadro de política monetária serão fundamentais para reduzir a inflação no sentido da meta de um único dígito do BNA e fomentar o crescimento a médio prazo.

31. A economia angolana continua a ser extremamente dependente da produção de petróleo. O petróleo representa mais de 90% das exportações e 60% das receitas públicas. Esta situação conduz à exposição significativa de Angola à volatilidade dos preços do petróleo e aos riscos decorrentes do envelhecimento dos campos petrolífero e da transição energética a nível mundial. São necessários progressos sólidos nos esforços de diversificação económica para alcançar um crescimento rápido e sustentável. Os atrasos na implementação de reformas destinadas a melhorar o ambiente de negócios e a aumentar os investimentos no sector não petrolífero poderão constituir um entrave ao crescimento a médio prazo.

32. As perspectivas de crescimento e diversificação de Angola são igualmente vulneráveis aos choques climáticos. Os principais sectores não petrolíferos, incluindo a agricultura e as pescas, estão particularmente expostos aos impactos adversos das alterações climáticas e dos fenómenos meteorológicos extremos, pondo em risco os esforços de diversificação das autoridades. Análises recentes do corpo técnico sugerem que o investimento em infraestruturas de adaptação ou resilientes às alterações climáticas poderia reduzir em 50% as perdas de PIB resultantes de uma catástrofe natural²⁴. Os riscos relacionados com o clima têm um impacto a longo prazo através da transição mundial para as energias renováveis, para além do período de avaliação pós-financiamento.

33. Políticas de mitigação:

A mudança gradual no sentido de uma maior flexibilidade cambial, a definição de uma estratégia cambial baseada em regras, a melhoria da gestão da liquidez interbancária e, no curto prazo, a manutenção de uma orientação mais restritiva da política monetária seriam cruciais para fazer face aos atrasados cambiais, ancorar melhor as expectativas de inflação e promover um ambiente favorável ao crescimento impulsionado pelo sector não petrolífero.

Os recentes esforços do governo para incentivar os investimentos na extração e exploração de petróleo deverão ajudar a manter a capacidade de produção a médio prazo²⁵. Uma maior simplificação do processo de registo predial e a redução dos obstáculos burocráticos à criação de empresas devem apoiar o sector não petrolífero. Além disso, os riscos das medidas de substituição

²⁴ Fundo Monetário Internacional, "Angola: Relatório do corpo técnico sobre as consultas de 2023 ao abrigo do Artigo IV", SM/24/26, março de 2024.

²⁵ Um importante desenvolvimento neste domínio é o novo regulamento que permite uma recuperação acelerada dos custos das empresas petrolíferas. Por exemplo, foi anunciado o desenvolvimento do primeiro megaprojecto em águas profundas na bacia do Kwanza. Prevê-se que o projecto inicie a produção em 2028, com uma capacidade de 70.000 barris de petróleo por dia.

das importações devem ser cuidadosamente avaliados, a fim de evitar pressões inflacionistas e a redução do acesso aos factores de produção. A médio prazo, é aconselhável realizar reformas estruturais sustentadas para apoiar a diversificação económica através de políticas horizontais.

Embora não se tenham registado progressos significativos no reforço da governação ou na luta contra a corrupção, as autoridades tomaram medidas para reforçar o quadro de CBC/FT com vista a evitar a inclusão na lista cinzenta pelo GAFI. Para o efeito, a Assembleia Nacional aprovou alterações à Lei de CBC/FT em maio de 2024, prevendo-se que outras leis críticas (ONG, Código Penal e Beneficiário Efectivo) sejam aprovadas em 2024. Embora estes esforços sejam bem-vindos, têm de ser acelerados. Uma estratégia de comunicação contribuiria igualmente para mitigar o impacto nas relações de correspondência bancária em caso de inclusão na lista cinzenta.

Ao abrigo da revisão do contributo determinado a nível nacional (CDN), Angola adiou o seu ano-alvo de redução de 14% das emissões para 2025. Para mitigar os riscos climáticos, as autoridades dão prioridade ao investimento em infraestruturas resilientes e promovem o fortalecimento das capacidades das pessoas vulneráveis em matéria de resiliência às alterações climáticas. O corpo técnico salientou, no entanto, que, enquanto membro do Compromisso Mundial sobre o Metano, Angola deverá reduzir as suas emissões de metano no sector do petróleo e do gás para evitar o risco de não ser capaz de exportar GNL para a UE²⁶.

34. Opinião das autoridades: As autoridades concordaram com a necessidade de impulsionar o crescimento do sector não petrolífero num contexto de volatilidade das receitas do petróleo. Reiteraram o seu compromisso para com as políticas estruturais, em consonância com o PDN 2023–27, nomeadamente para promover a resiliência climática. Embora reconhecendo as pressões inflacionistas, assinalaram o crescimento potencial em sentido ascendente decorrente das medidas de substituição das importações. O BNA reiterou o seu compromisso de reduzir a inflação e para com a transição para o regime de metas de inflação. O BNA continuará a melhorar o seu quadro de operações monetárias, em conformidade com as recomendações de desenvolvimento de capacidades do FMI. O BNA referiu que a estrutura do mercado cambial está a restringir uma maior flexibilidade cambial e aguarda com expectativa as recomendações da AT do FMI sobre operações cambiais. As autoridades reconheceram igualmente a importância de uma melhor coordenação das políticas entre o Ministério das Finanças e o BNA. Estão também a dar prioridade à implementação das recomendações do GAFI com vista a evitar uma eventual inclusão na lista cinzenta.

D. Cenário adverso ilustrativo

35. Um cenário adverso ilustrativo com um choque petrolífero prolongado aumentaria os riscos, mas as medidas de mitigação ajudariam a preservar a capacidade de reembolso

²⁶ A este respeito, a Total Energias e a Sonangol EP assinaram um memorando de entendimento para a partilha de conhecimentos especializados em investigação e tecnologia, em particular em matéria de descarbonização.

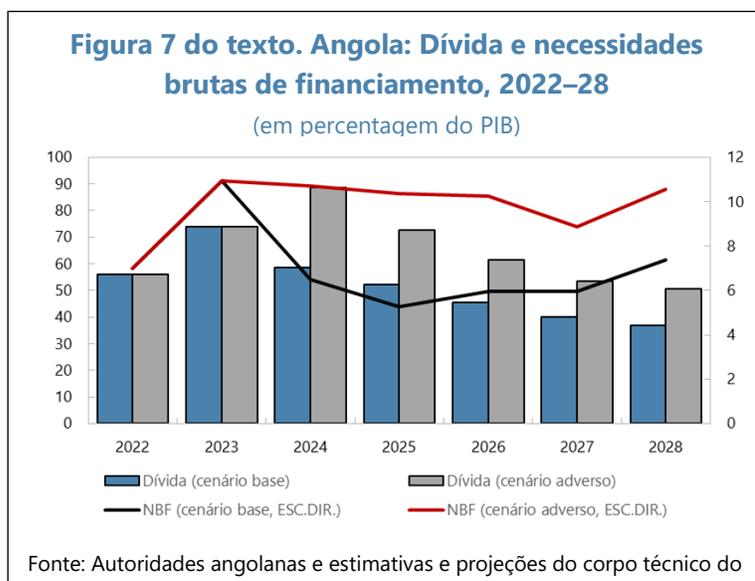
de Angola. No cenário adverso, uma redução prolongada dos preços internacionais do petróleo é acompanhada por uma contração da produção interna de petróleo. A partir de 2024, prevê-se que os preços do Brent diminuam cerca de 27% para 60 dólares por barril, o que, a par com um efeito de contração desfasado significativo sobre a produção de petróleo²⁷, resultaria 1) em repercussões negativas no crescimento não petrolífero; e 2) numa redução da oferta de moeda estrangeira que conduziria a uma depreciação adicional da taxa de câmbio em 2024 que provocaria uma depreciação da TCER de cerca de 17% face ao cenário de base. Pressupõe-se que o choque dure três anos, refletindo a natureza dos choques dos preços do petróleo das últimas décadas e o período alargado de baixos preços observado em 2015-19. Os preços do petróleo mantêm-se nos 60 dólares e os outros parâmetros não melhoram, prevendo-se tensões em particular no sector petrolífero, incluindo uma redução dos investimentos. Parte-se do pressuposto de que os preços do petróleo regressem aos valores do cenário de base em 2027, o que resultará num abrandamento gradual das pressões de financiamento.

- **Sector real:** A elevada dependência de Angola do petróleo torna o país vulnerável a choques da produção e dos preços do petróleo. No entanto, os principais amortecedores de choques económicos, tais como uma taxa de câmbio flexível e uma posição externa adequada, ajudam a mitigar o impacto destes choques. No cenário adverso, a par de um choque prolongado dos preços, pressupõe-se uma contração acumulada de 10% da produção de petróleo ao longo de três anos, o que resulta numa diminuição de cinco pontos percentuais do crescimento do PIB total em relação ao cenário de base durante o mesmo período. O aumento do hiato negativo do produto deverá contribuir para um aumento do desemprego ao longo do período de tensão, seguido de uma recuperação gradual à medida que o sector petrolífero retoma e a economia recupera do choque. O BNA terá de estar preparado para tornar a política monetária mais restritiva a fim de conter as expectativas de inflação, melhorando simultaneamente a comunicação da política monetária para reduzir os custos de produção. No cenário adverso, projecta-se que a inflação atinja um máximo em 2025 mas deverá convergir gradualmente no sentido do cenário de base a médio prazo.
- **Sector externo.** Refletindo a diminuição dos preços e da produção de petróleo, o saldo da conta corrente deverá tornar-se deficitário em 5,9% do PIB em 2024 e assim permanecer a médio prazo. A fragilidade do sector petrolífero reflete-se plenamente na diminuição súbita das exportações. Os dois anos consecutivos de depreciação cambial entre 2024–25 levariam a um aumento das importações em moeda local em termos nominais e em percentagem do PIB. Contudo, com a subsequente recuperação dos preços do petróleo e a compressão das importações (em termos reais), espera-se que a conta corrente melhore a médio prazo. As pressões sobre a conta de operações financeiras seriam parcialmente compensadas por menores saídas de IDE e adiantamentos comerciais, que, em geral, diminuem quando se verifica um choque dos preços do petróleo. As reservas

²⁷ A sequenciação dos choques é calibrada com base em padrões históricos.

internacionais deverão diminuir imediatamente em 2,8 mil milhões de dólares²⁸, passando para 11,9 mil milhões de dólares em 2024, o que equivale a 109% da métrica ARA ao abrigo de um regime de taxa de câmbio flutuante. As RIB continuariam a diminuir para apenas cerca de 100% da métrica ARA a médio prazo. No entanto, a capacidade de reembolso de Angola continuaria adequada, uma vez que os reembolsos ao FMI continuariam controláveis, situando-se em 8,8% das RIB, 10,0% do serviço da dívida externa e 3,7% das exportações, quando atingissem o seu máximo em 2026.

- Sector orçamental:** Os saldos globais deteriorar-se-iam significativamente em 2024, visto que as receitas do petróleo se situariam cerca de dois pontos percentuais do PIB abaixo das do cenário de base. Os custos mais baixos dos subsídios aos combustíveis e as menores despesas de capital por PIB compensam modestamente a diminuição das receitas



do petróleo. Ao mesmo tempo, prevê-se que as receitas não petrolíferas cresçam, no geral, em linha com as projeções de crescimento não petrolífero. O rácio da dívida, por sua vez, aumentaria para cerca de 88,5% do PIB, impulsionado sobretudo pela depreciação cambial (dada a grande percentagem da dívida externa) e as necessidades brutas de financiamento seriam significativamente mais elevadas (10,7% do PIB). O défice primário não petrolífero manter-se-ia globalmente em consonância com o cenário de base, uma vez que não é influenciado pelas receitas do petróleo nem por custos de juros mais elevados. As receitas do petróleo e a produção, e, por conseguinte, os saldos globais, manter-se-iam fracos em 2025–26, recuperando em 2027 em linha com os preços e a produção de petróleo, devendo, por sua vez, o rácio da dívida diminuir gradualmente. A flexibilidade das taxas de câmbio é fundamental para esta recuperação, uma vez que a depreciação ajudaria a melhorar as receitas do petróleo denominadas em kwanzas. O cenário pressupõe que o BNA mantém a flexibilidade do kwanza e não se orienta fortemente no sentido de uma depreciação. No entanto, as NBF manter-se-iam elevadas, tendo em conta o vencimento de um volume significativo de Eurobonds em 2028–29 e, como tal, Angola poderia aproximar-se dos limites

²⁸ No passado recente, Angola registou três episódios de choques petrolíferos durante os quais as perdas de reservas variaram entre 2-4 mil milhões de dólares imediatamente ou nos anos seguintes ao choque.

de financiamento interno até 2028, o que poderá exigir um ajustamento das despesas e, de preferência, um financiamento adicional em condições concessionais.

- **Sector financeiro:** Os bancos com grandes posições líquidas abertas negativas e reservas de capital relativamente baixas (que representam 15% dos activos do sistema) são vulneráveis à depreciação do kwanza. No entanto, o risco de crédito é melhor contido devido às carteiras de empréstimos relativamente pequenas dos bancos.

36. Medidas de mitigação: As autoridades devem implementar as medidas orçamentais estruturais acima referidas (ponto 24) e ponderar o ajustamento das despesas correntes e de capital de acordo com as necessidades (priorizando simultaneamente as despesas sociais) no caso de um cenário adverso. As autoridades devem também continuar a seguir uma gestão activa do passivo (incluindo o prolongamento dos prazos de vencimento internos, o pagamento antecipado da dívida comercial externa quando os preços do petróleo são favoráveis e a recompra de Eurobonds a vencer, se as condições o permitirem) para atenuar as necessidades de refinanciamento a curto e médio prazo. Os esforços para aprofundar os mercados de dívida nacionais são também fundamentais para reduzir a dependência do financiamento em moeda estrangeira a médio prazo. As autoridades devem estar preparadas para tornar a política monetária mais restritiva, se necessário, caso a inflação aumente no cenário adverso e reforçar o quadro de implementação da política monetária, com vista a alinhar os mercados interbancários à taxa de juro diretora. Por último, é fundamental que a taxa de câmbio seja flexível para absorver os choques, limitando ao mesmo tempo o recurso a intervenções cambiais de acordo com o aconselhamento do FMI no âmbito do Quadro Integrado de Políticas (QIP) e para contrariar a diminuição das receitas do petróleo denominadas em dólares dos Estados Unidos. Caso Angola tenha um acesso limitado aos mercados internacionais de capitais, as autoridades terão provavelmente de seguir um ajustamento orçamental mais activo e procurar fontes de financiamento alternativas.

Quadro 2 do texto. Angola: Cenário adverso ilustrativo, 2022–28

	Prel.		Cenário base atual					Cenário negativo				
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2024	2025	2026	2027	2028
PIB real (variação percentual)												
PIB real	4,2	0,9	2,4	2,8	3,3	3,3	3,4	0,8	-0,2	1,7	2,2	2,2
d/q petrolífero	0,5	-2,4	0,8	1,1	0,0	0,0	0,0	-2,0	-4,6	0,0	0,0	0,0
d/q não petrolífero	4,9	1,5	2,7	3,1	3,8	3,8	3,8	1,3	0,5	2,0	2,5	2,5
Preços no consumidor (média do período)	21,4	13,6	25,7	16,3	12,4	10,0	10,0	27,4	26,2	23,3	15,7	11,2
Preços no consumidor (no fim do período)	13,8	20,0	22,1	15,4	10,0	10,0	10,0	26,6	28,3	19,6	12,7	10,0
Preço do petróleo Brent (em dólares americanos por barril)	99,0	82,3	82,5	77,8	74,4	71,9	70,1	60,0	60,0	60,0	71,9	70,1
Produção de petróleo e gás (em milhões de barris por dia)	1,2	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,3	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Balança de pagamentos (em percentagem do PIB)												
Saldo da conta corrente	8,3	3,8	3,4	2,2	1,5	0,3	0,6	-5,9	-6,1	-4,7	-1,2	-1,7
d/q exportações de petróleo e gás	33,5	31,7	30,5	28,4	25,9	23,1	21,3	21,0	23,5	20,8	21,6	19,7
d/q importações de bens	12,2	13,8	13,9	13,6	13,4	12,9	12,1	14,3	15,8	14,4	12,8	12,4
Saldo da balança financeira	6,8	5,0	4,0	2,9	2,4	1,0	1,2	-8,5	-6,2	-4,5	-0,1	-1,0
Reservas internacionais brutas (milhões de dólares americanos)	14.661	14.727	15.135	15.501	15.887	16.043	16.179	11.873	11.289	10.715	11.211	11.422
Em meses de importações do próximo ano	7,4	7,2	7,2	7,1	7,1	7,2	7,2	6,7	6,0	5,4	5,4	5,3
em percentagem da métrica ARA (flutuante)	109,7	129,9	127,7	135,9	142,4	143,6	143,7	109,3	107,9	103,9	100,2	100,4
em percentagem da métrica ARA (controlada)	75,2	89,1	88,8	93,8	97,6	99,0	98,9	78,8	77,1	73,1	70,1	69,9
Dívida pública (em percentagem do PIB)												
Receitas	20,1	17,4	18,1	17,2	16,3	15,5	14,9	14,8	15,3	14,3	14,4	13,8
d/q petrolíferas	11,7	10,3	10,7	9,7	8,9	8,0	7,4	7,3	7,9	6,7	6,9	6,3
Despesa	19,5	19,3	16,7	15,9	15,7	14,9	14,7	17,1	17,4	17,2	16,8	16,3
d/q subsídios	3,2	3,2	2,1	1,2	1,1	1,1	1,0	2,2	1,1	1,0	1,0	1,0
d/q despesas de capital	5,3	4,1	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,8	2,6	2,6	2,6	2,6
Saldo orçamental global	0,6	-1,9	1,3	1,2	0,7	0,5	0,3	-2,4	-2,1	-3,0	-2,4	-2,6
Saldo orçamental primário global	4,1	3,6	6,0	6,0	5,3	4,5	4,1	2,8	4,6	3,6	3,8	3,3
Saldo orçamental primário não petrolífero	-7,3	-6,4	-4,4	-3,4	-3,3	-3,2	-3,1	-4,3	-3,1	-2,9	-2,9	-2,8
Indicadores da dívida (em % do PIB)												
Dívida pública	56,1	73,9	58,5	52,1	45,3	40,0	36,7	88,5	72,6	61,5	53,4	50,7
Necessidades brutas de financiamento	7,0	10,9	6,5	5,3	6,0	6,0	7,4	10,7	10,4	10,3	8,9	10,5
Obrigações face ao FMI em relação a: (em percentagem)												
Produto interno bruto	0,1	0,4	0,5	0,6	0,8	0,7	0,6	0,5	0,9	0,9	0,8	0,7
Reservas internacionais brutas	0,8	3,0	3,4	5,0	5,9	5,5	5,2	4,3	6,8	8,8	7,9	7,3
Serviço da dívida externa	1,7	4,6	7,7	7,7	10,0	9,7	8,0	7,7	7,6	10,0	9,5	7,7
Exportações de bens e serviços	0,2	1,2	1,4	2,1	2,6	2,5	2,3	2,2	3,3	3,7	2,9	2,7

Fonte: Estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

37. Opinião das autoridades: As autoridades sugeriram que, na eventualidade de materialização de tal cenário, seriam tomadas medidas para limitar as despesas, com especial incidência na racionalização das despesas de capital, protegendo simultaneamente as categorias de despesas correntes mais sensíveis, como a massa salarial. Além disso, sublinharam que já estão a ser tomadas medidas para mobilizar as receitas internas e promover a actividade económica não petrolífera, o que ajudará a mitigar o impacto de tal choque.

O BNA confirmou o seu compromisso para com o seu mandato de estabilidade de preços. O banco central está preparado para conter as pressões inflacionistas de forma atempada e está a trabalhar no sentido de aumentar a eficácia dos seus instrumentos de política. As autoridades observaram que, desde 2018, a flexibilidade cambial ajudou a absorver os choques recentes e reiteraram o seu compromisso para com um regime de taxa de câmbio flutuante. O BNA está empenhado em limitar a sua intervenção cambial, mas observou que qualquer necessidade de acumulação de reservas deve ser gerida com prudência, de modo a não criar um excesso de liquidez de kwanzas.

AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

38. Angola está a recuperar dos choques enfrentados em 2023 e as perspectivas de base são favoráveis, embora os riscos permaneçam inclinados para o cenário negativo. O país foi simultaneamente atingido por uma queda da produção de petróleo e por um aumento dos pagamentos da dívida externa em 2023. A forte depreciação da taxa de câmbio que se

seguiu ajudou a preservar as reservas externas e a mitigar o impacto orçamental. No entanto, a redução das receitas em moeda estrangeira contribuiu para a depreciação da taxa de câmbio e pressões inflacionistas, bem como para um crescimento económico não petrolífero mais fraco, realçando a necessidade de melhorar as operações monetárias e o funcionamento do mercado cambial. As perspectivas do cenário de base apontam para uma melhoria gradual dos resultados em termos de crescimento, mas a forte exposição ao sector petrolífero cria riscos significativos.

39. A capacidade que Angola tem para reembolsar o FMI é adequada na medida em que os riscos são controláveis. No cenário de base, projecta-se que os reembolsos de Angola ao FMI aumentem a médio prazo, atingindo o seu valor máximo em 2026. Num cenário de choque grave, os indicadores de capacidade de reembolso projectados diminuiriam, mas manter-se-iam a um nível de risco controlável. Seria, portanto, imperativo tomar medidas para mitigar este choque, tais como permitir que a taxa de câmbio funcione como um amortecedor de choques, prosseguir a reforma dos subsídios aos combustíveis e racionalizar as despesas.

40. É necessário um ajustamento orçamental sustentado para mitigar os riscos. É fundamental racionalizar as despesas a curto prazo e prosseguir a reforma dos subsídios aos combustíveis (com medidas de mitigação que visam apoiar os mais vulneráveis e uma estratégia de comunicação proactiva). As autoridades devem igualmente aumentar as reservas de capital através da adopção de medidas de política fiscal que permitam mobilizar receitas internas não petrolíferas e progredir na agenda de reformas estruturais das finanças públicas, incluindo em matéria de gestão das finanças públicas e do investimento público.

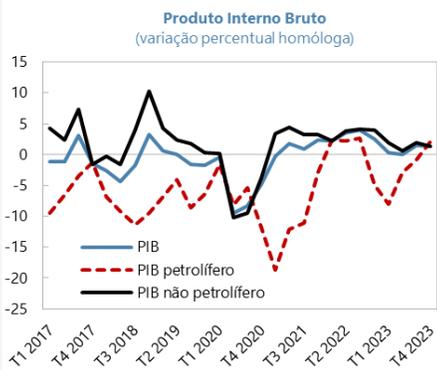
41. São necessários esforços contínuos para melhorar o quadro de política monetária de modo a reduzir a inflação e apoiar o crescimento não petrolífero a médio prazo. A manutenção de uma orientação mais restritiva da política monetária a curto prazo e a melhoria da gestão da liquidez interbancária, juntamente com uma transição gradual para uma taxa de câmbio mais flexível, contribuiriam para atenuar a inflação, ancorar melhor as expectativas de inflação e reduzir os custos de financiamento dos sectores público e privado. A coordenação de políticas entre o Ministério das Finanças e o Banco Nacional de Angola (BNA) relativamente às operações do mercado monetário é essencial para garantir uma gestão eficaz da liquidez interbancária e ajudaria a melhorar os resultados em termos de estabilidade orçamental e de preços.

42. São necessários esforços contínuos para consolidar a estabilidade financeira. O BNA registou progressos na operacionalização de novos quadros de supervisão e resolução bancárias, porém precisa de assumir uma postura mais decisiva em relação à sua implementação e aplicação. Para salvaguardar a estabilidade financeira e reduzir o risco orçamental contingente, o BNA deve estar preparado para levar a cabo, de forma decisiva, a resolução ou liquidação dos bancos problemáticos, caso seja necessário, protegendo apenas os pequenos depositantes e minimizando os custos suportados pelos contribuintes. Devem ser acelerados os esforços em curso para constituir uma reserva orçamental destinada ao fundo de garantia de depósitos e para reforçar a proteção jurídica do BNA.

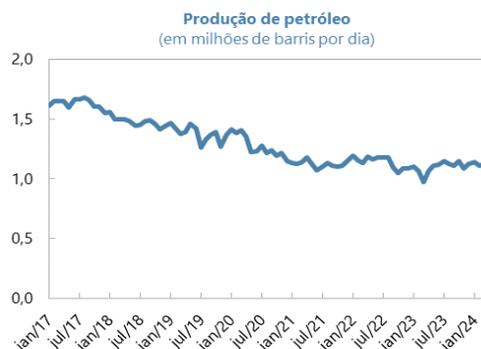
43. A implementação de reformas estruturais abrangentes é essencial para melhorar o ambiente de negócios e manter o crescimento no contexto de um declínio a longo prazo do sector petrolífero. A implementação do Plano de Desenvolvimento Nacional deve ser coerente com um quadro orçamental de médio prazo e deve tirar partido das recomendações apresentadas pelo quadro de avaliação da gestão do investimento público (PIMA). A abordagem das questões relacionadas com a governação, o género e as alterações climáticas continua a ser fundamental para alcançar a diversificação económica e o crescimento sustentável.

Figura 1. Angola: Indicadores de alta frequência selecionados, 2017–24

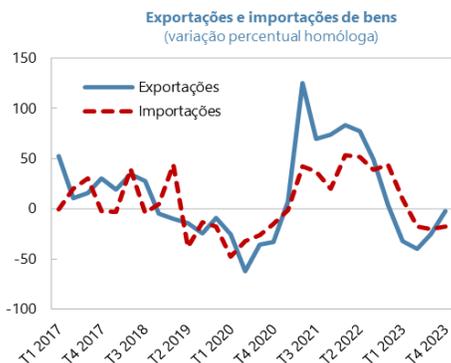
O crescimento tem sido fraco desde o quarto trimestre de 2022, embora o sector petrolífero tenha dado sinais de recuperação...



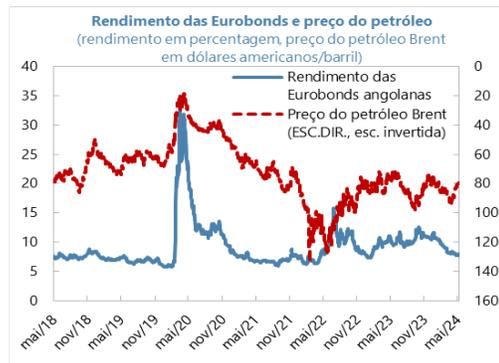
...impulsionado por uma melhoria da produção de petróleo desde o início de 2023.



As exportações totais recuperaram a par das importações.



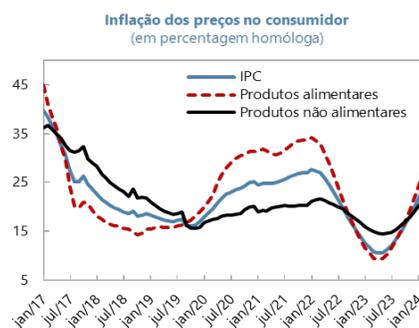
As taxas de rendibilidade das obrigações diminuíram recentemente, num contexto de melhoria das perspectivas dos preços do petróleo...



... e a taxa de câmbio tem permanecido estável desde junho de 2023.



No entanto, a inflação subiu, refletindo o desfasamento dos efeitos da depreciação cambial.



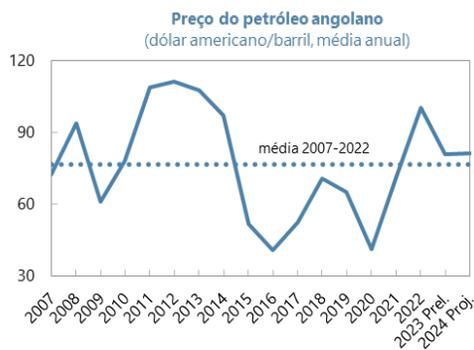
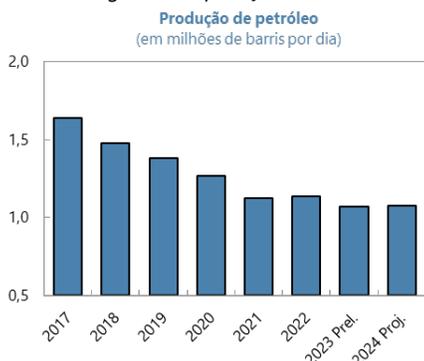
Nota: O valor do produto interno bruto não reflete o rebaseamento recente das contas nacionais, uma vez que ainda não estão disponíveis dados trimestrais. No entanto, as taxas de crescimento devem ser pouco afetadas.

Fontes: Autoridades angolanas; Organização dos Países Exportadores de Petróleo; e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Figura 2. Angola: Evolução orçamental, 2017–24

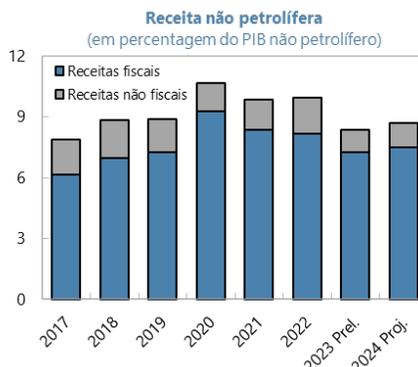
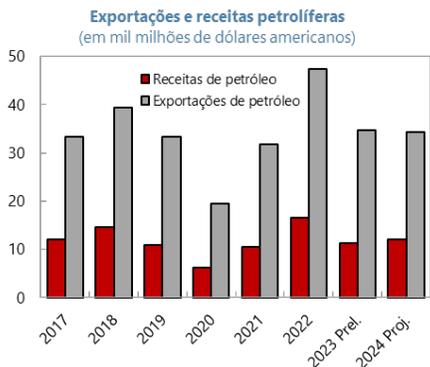
A produção de petróleo deverá ter enfraquecido em 2023, esperando-se uma ligeira recuperação em 2024...

...e os preços do petróleo estabilizaram em relação a 2022...



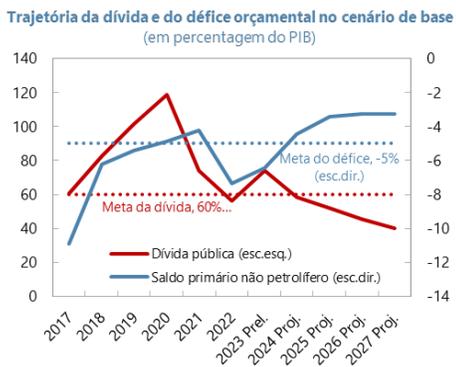
Por conseguinte, espera-se que as receitas do petróleo tenham enfraquecido em 2023 e recuperem modestamente em 2024...

...bem como as receitas não petrolíferas, prevendo-se uma ligeira recuperação em 2024.



Estima-se que tenham ocorrido cortes nas despesas em 2023, o que...

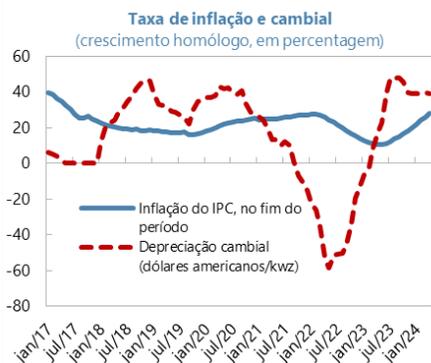
...implica alguns ajustamentos do saldo primário não petrolífero em 2023.



Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Figura 3. Angola: Evolução do sector monetário, 2017–24

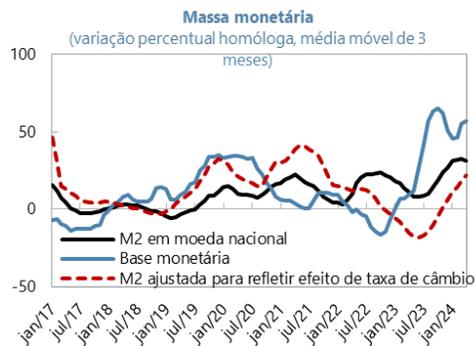
A inflação continuou a aumentar, não obstante a estabilidade da taxa de câmbio desde junho de 2023.



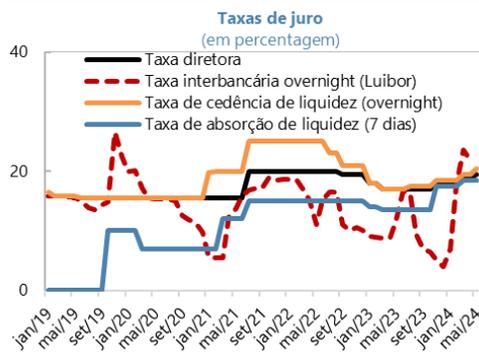
O BNA continuou a aumentar a sua taxa de juro diretora num contexto de pressões inflacionistas.



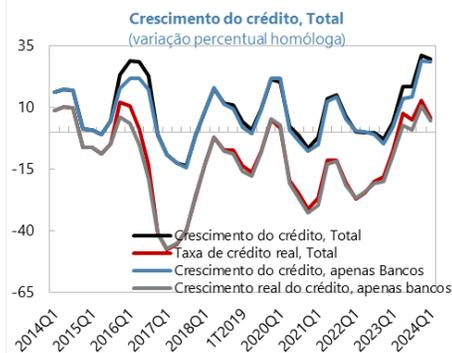
As condições de liquidez também se tornaram restritivas, graças à venda de moeda estrangeira por parte do Ministério das Finanças, eliminando parte da liquidez excedentária...



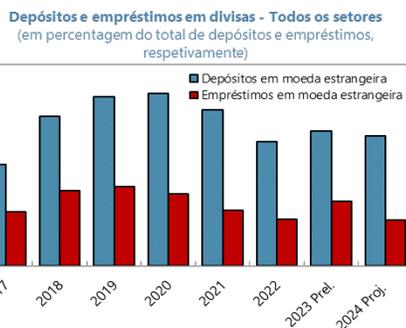
...apoio o alinhamento das taxas interbancárias com a taxa de juro diretora.



A recuperação do crescimento do crédito privado tem sido incerta desde o início de 2024...



...e a dolarização parece, globalmente, inalterada.

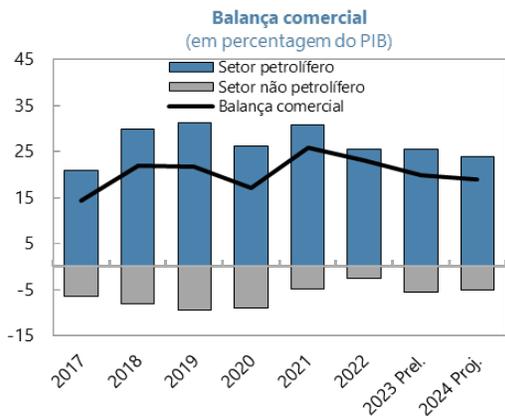


Nota: i) o crescimento do M2 foi ajustado em função do efeito cambial mediante a conversão da componente de depósitos em moeda estrangeira utilizando a taxa de câmbio do ano anterior. ii) o crescimento do crédito inclui créditos sobre o sector privado constituídos por bancos (ou seja, bancos centrais e sociedades de depósitos) e por instituições financeiras não bancárias (ou seja, Banco de Desenvolvimento de Angola, companhias de seguros, fundos de pensões, sociedades de microfinanciamento, fundos do mercado não monetário, fundos de investimento, casas de câmbio e empresas de serviços de pagamento).

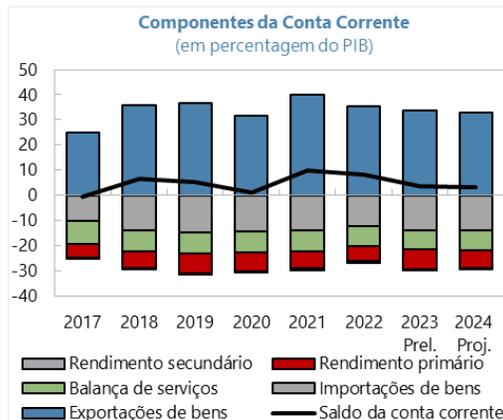
Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Figura 4. Angola: Evolução do sector externo, 2017–24

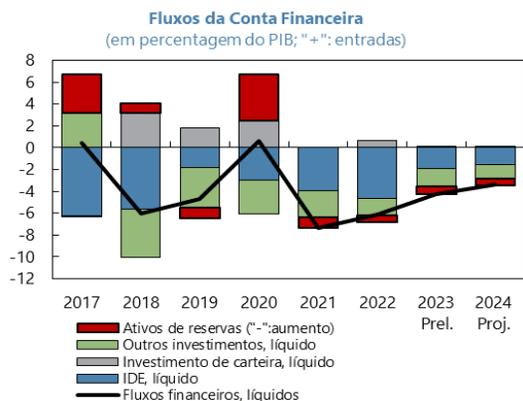
Prevê-se que a balança comercial se mantenha estável...



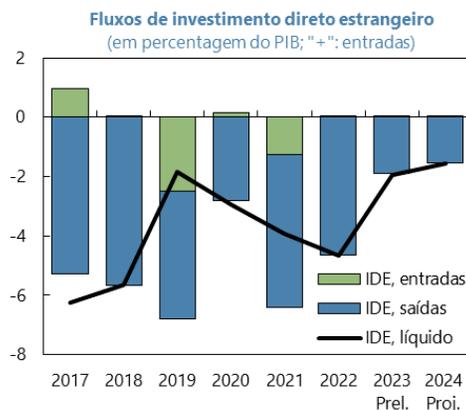
...e conduza a um pequeno excedente da conta corrente.



O fluxo de saída das contas de operações financeiras continua a ser impulsionado pelo IDE...



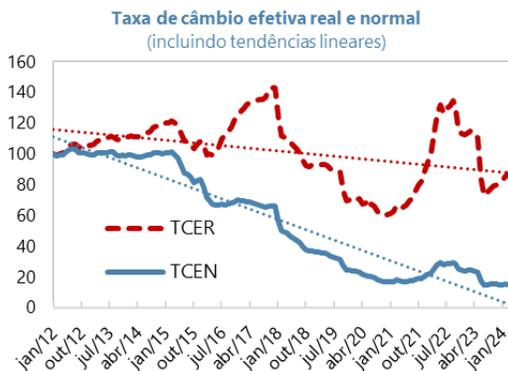
...enquanto se prevê que a repatriação de investimentos registre uma moderação em linha com a fragilidade do sector petrolífero.



Espera-se que a cobertura das reservas internacionais continue a ser adequada...



...ao passo que a TCER e a TCEN se ajustam e aproximam das suas tendências a longo prazo.



Quadro 1. Angola: Principais indicadores económicos, 2020–29

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
				Prel.				Proj.		
Economia real (variação percentual, salvo indicação em contrário)										
Produto interno bruto real	-4,0	2,1	4,2	0,9	2,4	2,8	3,3	3,3	3,4	3,4
Setor petrolífero	-6,7	-11,5	0,5	-2,4	0,8	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Setor não petrolífero	-3,5	4,7	4,9	1,5	2,7	3,1	3,8	3,8	3,8	3,8
Preços no consumidor (média anual)	22,3	25,8	21,4	13,6	25,7	16,3	12,4	10,0	10,0	10,0
Índice de preços no consumidor (fim do período)	25,1	27,0	13,8	20,0	22,1	15,4	10,0	10,0	10,0	10,0
Produto interno bruto (em mil milhões de kwanzas) ¹	38.466	53.278	65.604	75.046	97.233	115.278	133.039	151.631	173.540	199.258
Reservas internacionais brutas (em mil milhões de dólares americanos)	66,5	84,4	141,9	109,5	112,6	118,5	124,0	133,0	141,1	150,3
Produto interno bruto per capita (em dólares americanos)	1.990	2.445	3.975	2.963	2.945	2.993	3.027	3.136	3.215	3.307
Administração central (em percentagem do PIB)										
Total de receitas	18,3	20,7	20,1	17,4	18,1	17,2	16,3	15,5	14,9	13,7
<i>D/q</i> : Petrolíferas	9,4	12,4	11,7	10,3	10,7	9,7	8,9	8,0	7,4	6,4
<i>D/q</i> : Impostos não petrolíferos	7,8	7,0	6,8	6,1	6,3	6,4	6,5	6,6	6,6	6,4
Total de despesas	20,0	17,3	19,5	19,3	16,7	15,9	15,7	14,9	14,7	14,6
Despesas correntes	15,4	12,6	14,2	15,2	13,9	13,1	12,8	12,0	11,8	11,7
<i>D/q</i> : Subsídios ²	0,1	0,1	3,2	3,2	2,1	1,2	1,1	1,1	1,0	1,0
Despesas de capital	4,6	4,7	5,3	4,1	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9
Saldo orçamental global	-1,7	3,4	0,6	-1,9	1,3	1,2	0,7	0,5	0,3	-0,9
Saldo orçamental primário	4,3	8,0	4,1	3,6	6,0	6,0	5,3	4,5	4,1	2,9
Saldo orçamental primário não petrolífero	-4,9	-4,2	-7,3	-6,4	-4,4	-3,4	-3,3	-3,2	-3,1	-3,3
Saldo orçamental primário não petrolífero (em percentagem do PIB não petrolífero)	-5,8	-5,0	-8,8	-7,6	-5,2	-4,0	-3,8	-3,7	-3,5	-3,6
Moeda e crédito (no fim do período, variação percentual)										
Agregado monetário (M2)	24,3	-9,3	-1,4	37,8	21,2	18,6	15,4	14,0	14,4	14,8
Percentagem do PIB	33,0	21,6	17,3	20,8	19,5	19,5	19,5	19,5	19,5	19,5
Agregado monetário - moeda nacional (M2 MN)	20,3	1,0	18,6	30,4	24,3	21,5	18,2	16,7	17,1	17,4
Velocidade (PIB/M2)	3,0	4,6	5,8	4,8	5,1	5,1	5,1	5,1	5,1	5,1
Crédito ao setor privado (variação percentual anual)	-7,7	5,6	-4,8	28,8	20,3	12,5	23,1	11,3	11,3	10,4
Balança de pagamentos										
Balança comercial (em percentagem do PIB)	17,1	25,8	23,1	19,9	18,8	17,5	16,0	13,9	13,2	12,4
Exportações de bens, FOB (em percentagem do PIB)	31,5	39,8	35,3	33,7	32,7	31,1	29,4	26,8	25,3	23,9
<i>D/q</i> : Exportações de petróleo e gás (em percentagem do PIB)	29,4	37,7	33,5	31,7	30,5	28,4	25,9	23,1	21,3	19,7
Importações de bens, FOB (em percentagem do PIB)	14,3	14,0	12,2	13,8	13,9	13,6	13,4	12,9	12,1	11,5
Termos de troca (variação percentual)	-36,0	52,3	35,0	-19,7	-1,8	-5,8	-7,3	-5,0	-3,3	-3,4
Saldo da conta corrente (em percentagem do PIB)	1,3	10,0	8,3	3,8	3,4	2,2	1,5	0,3	0,6	0,5
Reservas internac. brutas (excl. títulos dados em garantia nas operações de recompra) ³										
No fim do período, em milhões de dólares americanos	10.978	14.375	14.661	14.727	15.135	15.501	15.887	16.043	16.179	16.298
Em meses de importações do próximo ano	7,0	6,0	7,4	7,2	7,2	7,1	7,1	7,2	7,2	7,0
Taxa de câmbio										
Taxa de câmbio oficial (média, em kwanzas por dólar americano)	578	631	462	685
Taxa de câmbio oficial (no fim do período, em kwanzas por dólar americano)	656	555	504	829
Dívida pública (em percentagem do PIB)										
Dívida (bruta) do setor público	119,1	74,3	56,1	73,9	58,5	52,1	45,3	40,0	36,7	35,1
<i>D/q</i> : Dívida da administração central	110,4	69,0	52,3	68,4	55,3	49,8	43,7	38,7	35,8	34,3
Petróleo										
Produção de petróleo e de gás (milhões de barris por dia)	1,388	1,252	1,250	1,205	1,237	1,253	1,253	1,254	1,252	1,250
Exportações de petróleo e gás (em mil milhões de dólares americanos)	19,6	31,8	47,5	34,7	34,4	33,7	32,2	30,8	30,1	29,5
Preço do petróleo de Angola (média, em dólares americanos por barril)	41,3	70,7	100,3	80,6	81,0	76,7	73,3	70,8	70,0	69,3
Preço do petróleo Brent (média, em dólares americanos por barril)	43,3	70,8	99,0	82,3	82,5	77,8	74,4	71,9	70,1	69,0

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

O Instituto Nacional de Estatísticas publicou as contas nacionais, com o ano base atualizado, em maio de 2024. O ano base foi revisto de 2002 para 2015 de forma a refletir as alterações da estrutura económica no período. Em resultado disso, o PIB nominal de 2023 sofreu um aumento de 13,1%. O setor mais afetado pela revisão em alta foi o da agricultura.

² Inclui os subsídios aos combustíveis a partir de 2022, em conformidade com sua inclusão no orçamento de 2022, e as medidas de mitigação a partir de 2023.

³ Consistente com o tratamento dado pelo BNA, os depósitos em moeda estrangeira do Tesouro no BNA são excluídos das RIB, a partir de 2022 (1,2 mil milhões de dólares americanos, no momento de ajustamento).

Quadro 2a. Angola: Demonstração das operações da administração central, 2020–29
(em mil milhões de kwanzas, salvo indicação em contrário)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
				Prel.			Proj.			
Receitas	7.053	11.017	13.183	13.053	17.559	19.787	21.731	23.433	25.928	27.240
Impostos	6.605	10.346	12.197	12.356	16.591	18.640	20.457	22.031	24.373	25.454
Prod. petrolíferos	3.612	6.615	7.706	7.741	10.434	11.227	11.793	12.081	12.858	12.684
Não petrolíferos	2.993	3.731	4.491	4.615	6.157	7.413	8.664	9.950	11.515	12.770
Contribuições sociais	320	350	409	549	778	922	1.064	1.213	1.388	1.594
Donativos	4	2	1	1	0	0	0	0	0	0
Outras receitas	123	319	576	147	190	225	210	190	167	192
Despesa	7.691	9.207	12.800	14.463	16.282	18.374	20.849	22.654	25.479	29.029
Despesas correntes	5.918	6.727	9.326	11.392	13.473	15.066	17.053	18.254	20.518	23.333
Remuneração dos empregados	2.067	2.095	2.360	2.709	3.562	4.223	4.873	5.554	6.357	7.299
Uso de bens e serviços	965	1.646	2.054	1.582	2.501	2.965	3.422	3.900	4.464	5.050
Juros	2.300	2.444	2.277	4.079	4.520	5.544	6.176	6.010	6.617	7.582
Interno	1.008	1.203	1.151	1.543	1.661	1.740	2.232	1.964	2.407	2.894
Estrang.	1.292	1.242	1.126	2.536	2.859	3.804	3.944	4.047	4.210	4.687
Subsídios ¹	38	62	2.071	2.367	2.067	1.377	1.505	1.605	1.777	1.969
Outros gastos	547	480	564	655	824	957	1.076	1.184	1.303	1.434
Investimento líquido em ativos não financeiros	1.773	2.480	3.473	3.071	2.808	3.308	3.797	4.400	4.960	5.696
capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento	-638	1.811	383	-1.410	1.277	1.414	882	779	449	-1.789
Discrepância estatística	685	2.767	-256	-486	-7	-11	-16	-21	-25	-31
Aquisição líquida de ativos financeiros (+: aumento)	-1.714	1.663	119	-2.130	-1.166	-1.350	-1.643	-1.758	79	236
Interno	-1.548	691	-621	-1.445	128	109	-34	-48	79	236
Numerário e depósitos ²	-1.052	549	-383	-1.002	224	201	53	34	56	209
Ações e unidades de participação em fundos de investimento	-496	142	-238	-443	-100	-100	-100	-100	0	0
Outras contas a receber	0	0	0	0	4	9	13	18	23	28
Estrang.	-166	972	739	-685	-1.295	-1.459	-1.609	-1.710	0	0
Aumento líquido de passivos (+: aumento)	-386	2.624	-518	-1.205	-2.444	-2.763	-2.524	-2.537	-370	2.026
Interno	-1.040	-247	-547	-402	-3.054	780	314	348	1.316	3.670
Títulos de dívida	-1.041	-399	369	347	-1.863	1.173	714	714	1.664	3.736
Desembolsos	2.874	2.911	3.112	3.357	1.882	2.577	3.230	4.004	6.172	7.598
Amortizações	-3.915	-3.311	-2.743	-3.010	-3.745	-1.404	-2.516	-3.290	-4.508	-3.862
Empréstimos	125	-60	120	-312	-932	-133	-141	-107	-89	-67
Outras contas a pagar	-123	212	-1.037	-436	-259	-259	-259	-259	-259	0
Estrang.	654	2.871	29	-803	610	-3.543	-2.839	-2.886	-1.686	-1.644
Títulos de dívida	195	2.364	760	-603	810	-3.343	-2.639	-2.886	-1.686	-1.644
Desembolsos	1.802	4.245	2.994	3.348	3.725	2.615	3.523	3.544	6.949	7.855
Amortizações	-1.606	-1.880	-2.235	-3.951	-2.914	-5.959	-6.162	-6.429	-8.636	-9.499
Outras contas a pagar	458	507	-730	-200	-200	-200	-200	0	0	0
Por memória:										
Saldo orçamental primário não petrolífero ³	-1.867	-2.234	-4.821	-4.833	-4.297	-3.904	-4.351	-4.899	-5.373	-6.479
Preço do petróleo de Angola (média, em dólares americanos por barril)	41,3	70,7	100,3	80,6	81,0	76,7	73,3	70,8	70,0	69,3
Prestações sociais ⁴	1.726	2.806	3.597	4.115	5.332	6.321	7.295	8.314	9.516	10.926
Dívida (bruta) do setor público ⁵	45.831	39.581	36.809	55.452	56.862	60.065	60.319	60.583	63.745	69.863
D/q: Administração central	42.486	36.758	34.323	51.304	53.762	57.419	58.189	58.726	62.199	68.268

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui os subsídios aos combustíveis a partir de 2022, em conformidade com sua inclusão no orçamento de 2022, e as medidas de mitigação a partir de 2023.

² Os valores históricos podem incluir efeitos de valorização relacionados com os depósitos em moeda estrangeira. As projeções para 2020-2023 incluem os levantamentos de depósitos do FSDEA.

³ A série do saldo orçamental primário não petrolífero reflete a inclusão dos subsídios aos combustíveis a partir de 2022.

⁴ Gastos com educação, saúde, proteção social, habitação e serviços comunitários.

⁵ Inclui a dívida da administração central, a dívida externa da petrolífera estatal Sonangol e da companhia aérea estatal TAAG, e a dívida garantida.

Quadro 2b. Angola: Demonstração das operações da administração central, 2020–29
(em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
				Prel.			Proj.			
Receitas	21,9	31,8	24,0	20,6	21,4	20,1	18,7	17,5	16,7	15,2
Impostos	20,5	30,3	22,2	19,5	20,3	18,9	17,6	16,5	15,7	14,2
Prod. petrolíferos	11,2	18,5	14,0	12,2	12,7	11,4	10,2	9,0	8,3	7,1
Não petrolíferos	9,3	11,8	8,2	7,3	7,5	7,5	7,5	7,4	7,4	7,1
Contribuições sociais	1,0	1,0	0,7	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
Donativos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras receitas	0,4	0,5	1,0	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1
Despesa	23,8	27,8	23,3	22,8	19,9	18,6	18,0	16,9	16,4	16,2
Despesas correntes	18,3	22,4	16,9	17,9	20,0	15,3	14,7	13,6	13,2	13,0
Remuneração dos empregados	6,4	7,6	4,3	4,3	4,3	4,3	4,2	4,2	4,1	4,1
Uso de bens e serviços	3,0	4,6	3,7	2,5	3,1	3,0	3,0	2,9	2,9	2,8
Juros	7,1	7,5	4,1	6,4	5,5	5,6	5,3	4,5	4,3	4,2
Interno	3,1	3,7	2,1	2,4	2,0	1,8	1,9	1,5	1,6	1,6
Estrang.	4,0	3,7	2,0	4,0	3,5	3,9	3,4	3,0	2,7	2,6
Subsídios ¹	0,1	0,6	3,8	3,7	2,5	1,4	1,3	1,2	1,1	1,1
Outros gastos	1,7	2,1	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9	0,8	0,8
Aquisição líquida de ativos não financeiros	5,5	5,3	6,3	4,8	3,4	3,4	3,3	3,3	3,2	3,2
capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento	-2,0	4,1	0,7	-2,2	1,6	1,4	0,8	0,6	0,3	-1,0
Discrepância estatística	2,1	0,0	-0,5	-0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Aquisição líquida de ativos financeiros (+: aumento)	-5,3	8,1	0,2	-3,4	-1,4	-1,4	-1,4	-1,3	0,1	0,1
Interno	-4,8	7,0	-1,1	-2,3	0,2	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1
Numerário e depósitos ²	-3,3	7,3	-0,7	-1,6	0,3	0,2	0,0	0,0	0,0	0,1
Ações e unidades de participação em fundos de investimento	-1,5	-0,3	-0,4	-0,7	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	0,0	0,0
Outras contas a receber	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Estrang.	-0,5	1,1	1,3	-1,1	-1,6	-1,5	-1,4	-1,3	0,0	0,0
Aumento líquido de passivos (+: aumento)	-0,4	4,1	-0,9	-1,9	-3,3	-3,1	-2,4	-2,1	-0,4	1,1
Interno	-2,4	-1,5	-1,0	-0,6	-4,0	0,5	0,0	0,1	0,7	2,0
Títulos de dívida	-2,4	0,1	0,9	0,1	-3,4	1,1	0,5	0,5	1,0	2,0
Desembolsos	9,7	10,4	6,3	5,3	2,3	2,6	2,8	3,0	4,0	4,2
Amortizações	-12,1	-10,3	-5,4	-5,2	-5,7	-1,6	-2,3	-2,5	-3,0	-2,2
Empréstimos	0,4	-1,0	0,2	-0,5	-1,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	0,0
Outras contas a pagar	-0,4	-1,6	-1,9	-0,7	-0,6	-0,5	-0,4	-0,4	-0,3	0,0
Estrang.	2,0	5,6	0,1	-1,3	0,7	-3,6	-2,4	-2,2	-1,1	-0,9
Desembolsos	5,6	10,0	5,4	5,3	4,5	2,7	3,0	2,6	4,5	4,4
Amortizações	-5,0	-5,1	-4,1	-6,2	-3,6	-6,0	-5,3	-4,8	-5,6	-5,3
Por memória:										
Saldo orçamental primário não petrolífero ³	-5,8	-6,3	-8,8	-7,6	-5,2	-4,0	-3,8	-3,7	-3,5	-3,6
Preço do petróleo de Angola (média, em dólares americanos por barril)	41,3	68,5	100,3	80,6	81,0	76,7	73,3	70,8	70,0	69,3
Prestações sociais ⁴	5,3	8,6	6,5	6,5	6,5	6,4	6,3	6,2	6,1	6,1
Dívida (bruta) do setor público ⁵	142,0	88,5	66,9	87,4	69,4	60,9	52,0	45,3	41,2	38,9
<i>D/q</i> : Administração central	131,6	75,7	62,4	80,8	65,6	58,2	50,2	39,8	37,9	38,0

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui os subsídios aos combustíveis a partir de 2022, em conformidade com sua inclusão no orçamento de 2022, e as medidas de mitigação a partir de 2023.

² Os valores históricos podem incluir efeitos de valorização relacionados com os depósitos em moeda estrangeira. As projeções para 2020-2023 incluem os levantamentos de depósitos do FSDEA.

³ A série do saldo orçamental primário não petrolífero reflete a inclusão dos subsídios aos combustíveis a partir de 2022.

⁴ Gastos com educação, saúde, proteção social, habitação e serviços comunitários.

⁵ Inclui a dívida da administração central, a dívida externa da petrolífera estatal Sonangol e da companhia aérea estatal TAAG, e a dívida garantida.

Quadro 2c. Angola: Demonstração das operações da administração central, 2020–29
(em percentagem do PIB não petrolífero, salvo indicação em contrário)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
				Prel.				Proj.		
Receitas	21,9	31,8	24,0	20,6	21,4	20,1	18,7	17,5	16,7	15,2
Impostos	20,5	30,3	22,2	19,5	20,3	18,9	17,6	16,5	15,7	14,2
Prod. petrolíferos	11,2	18,5	14,0	12,2	12,7	11,4	10,2	9,0	8,3	7,1
Não petrolíferos	9,3	11,8	8,2	7,3	7,5	7,5	7,5	7,4	7,4	7,1
Contribuições sociais	1,0	1,0	0,7	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
Donativos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras receitas	0,4	0,5	1,0	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1
Despesa	23,8	27,8	23,3	22,8	19,9	18,6	18,0	16,9	16,4	16,2
Despesas correntes	18,3	22,4	16,9	17,9	20,0	15,3	14,7	13,6	13,2	13,0
Remuneração dos empregados	6,4	7,6	4,3	4,3	4,3	4,3	4,2	4,2	4,1	4,1
Uso de bens e serviços	3,0	4,6	3,7	2,5	3,1	3,0	3,0	2,9	2,9	2,8
Juros	7,1	7,5	4,1	6,4	5,5	5,6	5,3	4,5	4,3	4,2
Interno	3,1	3,7	2,1	2,4	2,0	1,8	1,9	1,5	1,6	1,6
Estrang.	4,0	3,7	2,0	4,0	3,5	3,9	3,4	3,0	2,7	2,6
Subsídios ¹	0,1	0,6	3,8	3,7	2,5	1,4	1,3	1,2	1,1	1,1
Outros gastos	1,7	2,1	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9	0,8	0,8
Aquisição líquida de ativos não financeiros	5,5	5,3	6,3	4,8	3,4	3,4	3,3	3,3	3,2	3,2
capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento	-2,0	4,1	0,7	-2,2	1,6	1,4	0,8	0,6	0,3	-1,0
Discrepância estatística	2,1	0,0	-0,5	-0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Aquisição líquida de ativos financeiros (+: aumento)	-5,3	8,1	0,2	-3,4	-1,4	-1,4	-1,4	-1,3	0,1	0,1
Interno	-4,8	7,0	-1,1	-2,3	0,2	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1
Numerário e depósitos ²	-3,3	7,3	-0,7	-1,6	0,3	0,2	0,0	0,0	0,0	0,1
Ações e unidades de participação em fundos de investimento	-1,5	-0,3	-0,4	-0,7	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	0,0	0,0
Outras contas a receber	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Estrang.	-0,5	1,1	1,3	-1,1	-1,6	-1,5	-1,4	-1,3	0,0	0,0
Aumento líquido de passivos (+: aumento)	-0,4	4,1	-0,9	-1,9	-3,3	-3,1	-2,4	-2,1	-0,4	1,1
Interno	-2,4	-1,5	-1,0	-0,6	-4,0	0,5	0,0	0,1	0,7	2,0
Títulos de dívida	-2,4	0,1	0,9	0,1	-3,4	1,1	0,5	0,5	1,0	2,0
Desembolsos	9,7	10,4	6,3	5,3	2,3	2,6	2,8	3,0	4,0	4,2
Amortizações	-12,1	-10,3	-5,4	-5,2	-5,7	-1,6	-2,3	-2,5	-3,0	-2,2
Empréstimos	0,4	-1,0	0,2	-0,5	-1,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	0,0
Outras contas a pagar	-0,4	-1,6	-1,9	-0,7	-0,6	-0,5	-0,4	-0,4	-0,3	0,0
Estrang.	2,0	5,6	0,1	-1,3	0,7	-3,6	-2,4	-2,2	-1,1	-0,9
Desembolsos	5,6	10,0	5,4	5,3	4,5	2,7	3,0	2,6	4,5	4,4
Amortizações	-5,0	-5,1	-4,1	-6,2	-3,6	-6,0	-5,3	-4,8	-5,6	-5,3
Por memória:										
Saldo orçamental primário não petrolífero ³	-5,8	-6,3	-8,8	-7,6	-5,2	-4,0	-3,8	-3,7	-3,5	-3,6
Preço do petróleo de Angola (média, em dólares americanos por barril)	41,3	68,5	100,3	80,6	81,0	76,7	73,3	70,8	70,0	69,3
Prestações sociais ⁴	5,3	8,6	6,5	6,5	6,5	6,4	6,3	6,2	6,1	6,1
Dívida (bruta) do setor público ⁵	142,0	88,5	66,9	87,4	69,4	60,9	52,0	45,3	41,2	38,9
D/q: Administração central	131,6	75,7	62,4	80,8	65,6	58,2	50,2	39,8	37,9	38,0

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui os subsídios aos combustíveis a partir de 2022, em conformidade com sua inclusão no orçamento de 2022, e as medidas de mitigação a partir de 2023.

² Os valores históricos podem incluir efeitos de valorização relacionados com os depósitos em moeda estrangeira. As projeções para 2020-2023 incluem os levantamentos de depósitos do FSDEA.

³ A série do saldo orçamental primário não petrolífero reflete a inclusão dos subsídios aos combustíveis a partir de 2022.

⁴ Gastos com educação, saúde, proteção social, habitação e serviços comunitários.

⁵ Inclui a dívida da administração central, a dívida externa da petrolífera estatal Sonangol e da companhia aérea estatal TAAG, e a dívida garantida.

Quadro 2d. Angola: Demonstração das operações da administração central, 2020–29

Reestruturação da dívida registada como financiamento excecional (em mil milhões de kwanzas, salvo indicação em contrário)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
				Prel.				Proj.		
Receitas	7.053	11.017	13.183	13.053	17.559	19.787	21.731	23.433	25.928	27.240
Impostos	6.605	10.346	12.197	12.356	16.591	18.640	20.457	22.031	24.373	25.454
Prod. petrolíferos	3.612	6.615	7.706	7.741	10.434	11.227	11.793	12.081	12.858	12.684
Não petrolíferos	2.993	3.731	4.491	4.615	6.157	7.413	8.664	9.950	11.515	12.770
Contribuições sociais	320	350	409	549	778	922	1.064	1.213	1.388	1.594
Donativos	4	2	1	1	0	0	0	0	0	0
Outras receitas	123	319	576	147	190	225	210	190	167	192
Despesa	7.644	9.241	12.817	14.550	16.465	18.501	20.921	22.682	25.487	29.029
Despesas correntes	5.871	6.761	9.344	11.480	13.657	15.193	17.124	18.281	20.527	23.334
Remuneração dos empregados	2.067	2.095	2.360	2.709	3.562	4.223	4.873	5.554	6.357	7.299
Uso de bens e serviços	965	1.646	2.054	1.582	2.501	2.965	3.422	3.900	4.464	5.050
Juros	2.253	2.479	2.295	4.167	4.704	5.671	6.248	6.038	6.626	7.582
Interno	1.008	1.203	1.151	1.543	1.661	1.740	2.232	1.964	2.407	2.894
Estrang.	1.245	1.276	1.144	2.624	3.043	3.931	4.015	4.074	4.218	4.688
Subsídios ¹	38	62	2.071	2.367	2.067	1.377	1.505	1.605	1.777	1.969
Outros gastos	547	480	564	655	824	957	1.076	1.184	1.303	1.434
Investimento líquido em ativos não financeiros	1.773	2.480	3.473	3.071	2.808	3.308	3.797	4.400	4.960	5.696
capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento	-591	1.776	366	-1.498	1.094	1.287	811	751	441	-1.790
Discrepância estatística	685	2.767	-256	-486	-7	-11	-16	-21	-25	-31
Aquisição líquida de ativos financeiros (+: aumento)	-1.714	1.663	119	-2.130	-1.166	-1.350	-1.643	-1.758	79	236
Interno	-1.548	691	-621	-1.445	128	109	-34	-48	79	236
Numerário e depósitos ²	-1.052	549	-383	-1.002	224	201	53	34	56	209
Ações e unidades de participação em fundos de investimento	-496	142	-238	-443	-100	-100	-100	-100	0	0
Outras contas a receber	0	0	0	0	4	9	13	18	23	28
Estrang.	-166	972	739	-685	-1.295	-1.459	-1.609	-1.710	0	0
Aumento líquido de passivos (+: aumento)	-1.037	1.251	-1.511	-2.249	-3.621	-3.665	-3.368	-3.139	-764	2.017
Interno	-1.040	-247	-547	-402	-3.313	521	55	89	1.057	3.670
Títulos de dívida	-1.041	-399	369	347	-1.863	1.173	714	714	1.664	3.736
Desembolsos	2.874	2.911	3.112	3.357	1.882	2.577	3.230	4.004	6.172	7.598
Amortizações	-3.915	-3.311	-2.743	-3.010	-3.745	-1.404	-2.516	-3.290	-4.508	-3.862
Empréstimos	125	-60	120	-312	-932	-133	-141	-107	-89	-67
Outras contas a pagar	-123	212	-1.037	-436	-518	-518	-518	-518	-518	0
Estrang.	3	1.498	-964	-1.847	-308	-4.186	-3.423	-3.228	-1.821	-1.652
Desembolsos	1.802	4.245	2.994	3.348	3.725	2.615	3.523	3.544	6.949	7.855
Amortizações	-2.258	-3.254	-3.228	-4.995	-3.833	-6.601	-6.746	-6.772	-8.770	-9.508
Financiamento excecional (+: aumento)										
Reestruturação da dívida	604	1.408	1.011	1.132	1.102	769	656	370	143	9
Juros externos	-47	35	18	88	184	127	71	28	9	0
Amortização externa	651	1.373	993	1.044	919	642	585	343	134	9
Por memória:										
Saldo orçamental primário não petrolífero ³	-1.867	-2.234	-4.821	-4.833	-4.297	-3.904	-4.351	-4.899	-5.373	-6.479
Preço do petróleo de Angola (média, em dólares americanos por bar)	41,3	70,7	100,3	80,6	81,0	76,7	73,3	70,8	70,0	69,3
Prestações sociais ⁴	1.726	2.806	3.597	4.115	5.332	6.321	7.295	8.314	9.516	10.926
Dívida (bruta) do setor público ⁵	45.831	39.581	36.809	55.452	56.862	60.065	60.319	60.583	63.745	69.863

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui os subsídios aos combustíveis a partir de 2022, em conformidade com sua inclusão no orçamento de 2022, e as medidas de mitigação a partir de 2023.

² Os valores históricos podem incluir efeitos de valorização relacionados com os depósitos em moeda estrangeira. As projeções para 2020-2023 incluem os levantamentos de depósitos do FSDEA.

³ A série do saldo orçamental primário não petrolífero reflete a inclusão dos subsídios aos combustíveis a partir de 2022.

⁴ Gastos com educação, saúde, proteção social, habitação e serviços comunitários.

⁵ Inclui a dívida da administração central, a dívida externa da petrolífera estatal Sonangol e da companhia aérea estatal TAAG, e a dívida garantida.

Quadro 3. Angola: Contas monetárias, 2020–29

(fim do período; em mil milhões de kwanzas, salvo indicação em contrário)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
				Prel.				Proj.		
Síntese monetária										
Ativos externos líquidos	7.311	5.913	6.105	10.614	12.299	14.798	16.915	19.274	21.875	24.494
Ativos internos líquidos	5.392	5.606	5.251	5.030	7.836	9.914	12.288	14.591	17.302	19.738
Crédito (líquido) à administração central	6.143	4.679	4.707	5.829	3.953	5.549	6.865	8.124	10.290	13.477
Créditos a outras sociedades financeiras	211	262	285	330	426	513	603	696	805	934
Crédito a outras unidades do setor público	132	120	91	341	440	530	623	719	832	965
Crédito ao setor privado	4.036	4.260	4.056	5.225	6.286	7.072	8.705	9.689	10.784	11.906
Outras rubricas (líquido) ¹	-5.129	-3.715	-3.889	-6.696	-3.269	-3.750	-4.508	-4.636	-5.409	-7.544
Agregado monetário (M3)	12.702	11.518	11.356	15.644	18.964	22.484	25.948	29.574	33.847	38.863
Moeda e quase-moeda (M2)	12.698	11.513	11.356	15.644	18.964	22.484	25.948	29.574	33.847	38.863
Moeda	3.674	3.632	4.009	5.693	7.078	8.610	10.183	11.889	13.921	16.331
Moeda em circulação	405	402	495	664	826	1.024	1.219	1.437	1.674	1.923
Depósitos à ordem em moeda nacional	3.270	3.230	3.515	5.028	6.252	7.586	8.964	10.453	12.247	14.407
Quase-moeda	2.166	2.270	2.991	3.435	4.271	5.183	6.124	7.141	8.367	9.843
Depósitos a prazo e de poupança em moeda nacional	2.166	2.270	2.991	3.435	4.271	5.183	6.124	7.141	8.367	9.843
Depósitos em moeda estrangeira	6.857	5.612	4.356	6.516	7.615	8.691	9.641	10.544	11.560	12.690
Autoridades monetárias										
Ativos externos líquidos	5.783	4.869	4.930	8.658	10.141	12.358	14.325	16.480	18.861	21.245
Reservas internacionais líquidas	5.499	5.399	5.230	9.277	10.824	13.130	15.145	17.364	19.815	22.273
Aumento líquido de passivos	284	-530	-300	-619	-683	-772	-820	-884	-954	-1.028
Ativos internos líquidos	-3.422	-2.283	-2.156	-4.933	-5.801	-7.405	-8.785	-10.334	-12.266	-14.116
Crédito a outras sociedades de captação de depósitos	121	42	79	338	413	476	524	577	635	698
Crédito (líquido) à administração central	267	575	1.236	509	209	-437	-899	-1.422	-2.020	-2.556
Crédito ao setor privado	97	127	123	110	142	171	201	232	268	312
Outras rubricas (líquido) ¹	-3.906	-3.027	-3.594	-5.890	-6.565	-7.615	-8.611	-9.721	-11.149	-12.570
Base monetária	2.361	2.586	2.774	3.725	4.340	4.953	5.540	6.146	6.596	7.128
Moeda em circulação	549	569	658	819	1.019	1.263	1.503	1.771	2.063	2.371
Depósitos dos bancos comerciais	1.812	2.018	2.116	2.906	3.321	3.690	4.037	4.375	4.532	4.758
Por memória:										
Produto interno bruto nominal (variação percentual)	11,4	38,5	23,1	14,4	29,6	18,6	15,4	14,0	14,4	14,8
Base monetária (variação percentual)	3,3	9,5	7,3	34,3	16,5	14,1	11,9	10,9	7,3	8,1
Moeda e quase-moeda (M2) (variação percentual)	24,3	-9,3	-1,4	37,8	21,2	18,6	15,4	14,0	14,4	14,8
Crédito ao setor privado (variação percentual)	-7,7	5,6	-4,8	28,8	20,3	12,5	23,1	11,3	11,3	10,4
Crédito à administração central (variação percentual; líquido)	130,2	-23,8	0,6	23,9	-32,2	40,4	23,7	18,3	26,7	31,0
Multiplicador monetário (M2/base monetária)	5,4	4,5	4,1	4,2	4,4	4,5	4,7	4,8	5,1	5,5
Velocidade (PIB/M2)	3,0	4,6	5,8	4,8	5,1	5,1	5,1	5,1	5,1	5,1
Velocidade (PIB não petrolífero/M2)	2,5	3,9	4,8	4,1	4,3	4,4	4,5	4,5	4,6	4,6
Crédito ao setor privado (em percentagem do PIB não petrolífero)	12,5	9,5	7,4	8,2	7,7	7,2	7,5	7,2	7,0	6,6
Depósitos em moeda estrangeira (em percentagem dos depósitos totais)	55,8	50,5	40,1	43,5	42,0	40,5	39,0	37,5	35,9	34,4
Crédito ao setor privado em moeda estrangeira (em percentagem do crédito total)	23,3	18,0	15,1	21,0	23,6	28,2	26,6	29,0	31,0	27,9

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Incluindo a valorização cambial.

Quadro 4a. Angola: Balança de pagamentos, 2020–29

(em milhões de USD, salvo indicação em contrário)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	
				Prel.	Proj.						
Conta corrente	872	8.399	11.763	4.210	3.832	2.552	1.853	429	887	681	
Balança comercial	11.394	21.787	32.771	21.800	21.213	20.711	19.886	18.508	18.640	18.628	
Exportações, FOB	20.937	33.581	50.038	36.885	36.844	36.878	36.478	35.688	35.725	35.925	
Petróleo bruto	18.297	27.860	40.282	31.420	30.602	29.900	29.148	28.165	27.869	27.575	
Gás e refinados de petróleo	1.288	3.978	7.217	3.251	3.772	3.774	3.005	2.615	2.261	1.962	
Diamantes	1.070	1.550	1.946	1.572	1.635	1.701	1.770	1.842	1.916	1.973	
Outros	283	194	593	642	835	1.503	2.555	3.066	3.679	4.415	
Importações, FOB	9.543	11.795	17.267	15.085	15.631	16.167	16.592	17.179	17.085	17.298	
Serviços (líquido)	-5.536	-6.957	-11.215	-8.515	-8.833	-9.135	-9.375	-9.708	-9.651	-9.770	
Crédito	67	94	82	76	69	72	74	76	78	81	
Débito	5.603	7.050	11.297	8.591	8.902	9.207	9.449	9.784	9.730	9.851	
Rendimento primário (líquido)	-4.924	-5.784	-8.696	-8.590	-8.035	-8.487	-8.097	-7.773	-7.468	-7.502	
Crédito	536	355	177	582	605	629	655	680	708	735	
Débito	5.460	6.139	8.873	9.171	8.640	9.116	8.752	8.453	8.176	8.237	
Rendimento secundário (líquido)	-63	-646	-1.097	-485	-512	-537	-561	-599	-634	-674	
Administração pública	4	-11	-31	-17	-15	-14	-13	-11	-11	-10	
Outros	-71	-629	-1.059	-449	-497	-523	-548	-587	-623	-664	
D/q: Transferências pessoais	-71	-23	-112	-116	-119	-126	-132	-141	-150	-160	
Conta de capital	1,2	2,0	-2,2	2,4	0,3	1,0	1,0	1,3	1,3	1,3	
Balança financeira (+: saídas)	2.382	5.376	7.839	3.851	3.188	1.691	755	-440	36	25	
Investimento direto	1.957	3.298	6.640	2.119	1.772	1.315	1.043	1.005	968	565	
Aquisição líquida de ativos financeiros	91	-1.057	41	33	33	32	31	30	29	28	
Aumento líquido de passivos	-1.866	-4.355	-6.599	-2.086	-1.738	-1.283	-1.013	-975	-939	-536	
Investimento de carteira	-1.640	35	-923	-33	-34	-36	-338	-441	-2.543	-3.046	
Aquisição líquida de ativos financeiros	-1.640	35	192	-33	-34	-36	-38	-41	-43	-46	
Aumento líquido de passivos	0	0	1.114	0	0	0	300	400	2.500	3.000	
Derivados financeiros (líquido)	-20	19	4	0	0	0	0	0	0	0	
Outros investimentos	2.085	2.024	2.118	1.766	1.450	412	49	-1.004	1.610	2.506	
Créditos e adiantamentos comerciais	-512	1.073	2.254	-2.336	1.465	1.019	881	754	723	633	
Numerário e depósitos	519	537	-163	-1.994	-2.449	-4.190	-3.496	-2.839	-1.321	80	
Empréstimos	2.096	1.772	-39	5.784	413	3.728	3.073	2.663	3.466	3.600	
D/q: Administração central (líquido)	867	-537	107	881	-939	3.437	2.760	2.931	3.871	4.240	
Outros 1/	-18	-1.358	67	312	2.022	-145	-409	-1.583	-1.258	-1.807	
Erros e omissões	-3.071	-5.663	-3.046	298	0	0	0	0	0	0	
Saldo global	-4.599	-2.618	875	659	645	862	1.099	870	852	657	
Financiamento	4.599	2.618	-875	-659	-645	-862	-1.099	-870	-852	-657	
Variação das reservas brutas (+ = aumento)	2.819	-852	-881	-809	-408	-366	-386	-156	-136	-119	
Recompras/reembolsos ao Fundo (- = aumento)	-179	-237	-496	-714	-716	-538	-486	
Financiamento excepcional	1.184	2.708	0	768	
FMI	1.019	2.007	0	-179	
Outras IFI	165	701	0	946	
Por memória:											
Conta corrente (em percentagem do PIB)	1,3	10,0	8,3	3,8	3,4	2,2	1,5	0,3	0,6	0,5	
Balança de bens e serviços (percentagem do PIB)	8,8	17,6	15,2	12,1	11,0	9,8	8,5	6,6	6,4	5,9	
Balança comercial (em percentagem do PIB)	17,1	25,8	23,1	19,9	18,8	17,5	16,0	13,9	13,2	12,4	
Balança de capital e financeira (em percentagem do PIB)	-4,9	8,4	6,8	5,0	4,0	2,9	2,4	1,0	1,2	0,9	
Saldo global (em percentagem do PIB)	-6,9	-3,1	0,6	0,6	0,6	0,7	0,9	0,7	0,6	0,4	
Exportações de bens, FOB (variação percentual)	-39,7	60,4	49,0	-26,3	-0,1	0,1	-1,1	-2,2	0,1	0,6	
D/q: Exportações de petróleo e gás (variação percentual)	-41,3	62,6	49,2	-27,0	-0,9	-2,0	-4,5	-4,3	-2,1	-2,0	
Importações de bens, FOB (variação percentual)	-32,4	23,6	46,4	-12,6	3,6	3,4	2,6	3,5	-0,6	1,2	
Termos de troca (variação percentual)	-36,0	52,3	35,0	-19,7	-1,8	-5,8	-7,3	-5,0	-3,3	-3,4	
Exportações de bens, FOB (em percentagem do PIB)	31,5	39,8	35,3	33,7	32,7	31,1	29,4	26,8	25,3	23,9	
Importações de bens, FOB (em percentagem do PIB)	14,3	14,0	12,2	13,8	13,9	13,6	13,4	12,9	12,1	11,5	
Reservas internacionais brutas (excluindo títulos dados em garantia nas operações de recompra)											
Em milhões de dólares americanos	10.978	14.375	14.661	14.727	15.135	15.501	15.887	16.043	16.179	16.298	
Em meses de importações do próximo ano	7,0	6,0	7,4	7,2	7,2	7,1	7,1	7,2	7,2	7,0	
Em percentagem da métrica ARA (flutuante)	97,0	116,1	109,7	129,9	127,7	135,9	142,4	143,6	143,7	145,7	
Em percentagem da métrica ARA (controlada)	69,0	81,6	75,2	89,1	88,8	93,8	97,6	99,0	98,9	98,9	
Reservas internacionais brutas (incluindo títulos dados em garantia nas operações de recompra) 2/											
Em milhões de dólares americanos	14.879	15.508	14.661	14.727	15.135	15.501	15.887	16.043	16.179	16.298	

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Inclui a alocação de DSE de cerca de mil milhões de dólares americanos em 2021.

2/ Consistente com o tratamento dado pelo BNA, os depósitos em moeda estrangeira do Tesouro no BNA são excluídos das RIB a partir de 2022 (1,2 mil milhões de dólares americanos no

Quadro 4b. Angola: Balança de pagamentos, 2020–29

(em percentagem do PIB)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
				Prel.				Proj.		
Conta corrente	1,3	10,0	8,3	3,8	3,4	2,2	1,5	0,3	0,6	0,5
Balança comercial	17,1	25,8	23,1	19,9	18,8	17,5	16,0	13,9	13,2	12,4
Exportações, FOB	31,5	39,8	35,3	33,7	32,7	31,1	29,4	26,8	25,3	23,9
Petróleo bruto	27,5	33,0	28,4	28,7	27,2	25,2	23,5	21,2	19,7	18,4
Gás e refinados de petróleo	1,9	4,7	5,1	3,0	3,3	3,2	2,4	2,0	1,6	1,3
Diamantes	1,6	1,8	1,4	1,4	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3
Outros	0,4	0,2	0,4	0,6	0,7	1,3	2,1	2,3	2,6	2,9
Importações, FOB	14,3	14,0	12,2	13,8	13,9	13,6	13,4	12,9	12,1	11,5
Serviços (líquido)	-8,3	-8,2	-7,9	-7,8	-7,8	-7,7	-7,6	-7,3	-6,8	-6,5
Crédito	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Débito	8,4	8,4	8,0	7,8	7,9	7,8	7,6	7,4	6,9	6,6
Rendimento primário (líquido)	-7,4	-6,9	-6,1	-7,8	-7,1	-7,2	-6,5	-5,8	-5,3	-5,0
Crédito	0,8	0,4	0,1	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Débito	8,2	7,3	6,3	8,4	7,7	7,7	7,1	6,4	5,8	5,5
Rendimento secundário (líquido)	-0,1	-0,8	-0,8	-0,4	-0,5	-0,5	-0,5	-0,5	-0,4	-0,4
Administração pública	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros	-0,1	-0,7	-0,7	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4
<i>D/q: Transferências pessoais</i>	-0,1	0,0	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1
Conta de capital	0,0									
Balança financeira (+: saídas)	3,6	6,4	5,5	3,5	2,8	1,4	0,6	-0,3	0,0	0,0
Investimento direto	2,9	3,9	4,7	1,9	1,6	1,1	0,8	0,8	0,7	0,4
Aquisição líquida de ativos financeiros	0,1	-1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Aumento líquido de passivos	-2,8	-5,2	-4,6	-1,9	-1,5	-1,1	-0,8	-0,7	-0,7	-0,4
Investimento de carteira	-2,5	0,0	-0,7	0,0	0,0	0,0	-0,3	-0,3	-1,8	-2,0
Aquisição líquida de ativos financeiros	-2,5	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Aumento líquido de passivos	0,0	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	0,2	0,3	1,8	2,0
Derivados financeiros (líquido)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros investimentos	3,1	2,4	1,5	1,6	1,3	0,3	0,0	-0,8	1,1	1,7
Créditos e adiantamentos comerciais	-0,8	1,3	1,6	-2,1	1,3	0,9	0,7	0,6	0,5	0,4
Numerário e depósitos	0,8	0,6	-0,1	-1,8	-2,2	-3,5	-2,8	-2,1	-0,9	0,1
Empréstimos	3,2	2,1	0,0	5,3	0,4	3,1	2,5	2,0	2,5	2,4
<i>D/q: Administração central (líquido)</i>	1,3	-0,6	0,1	0,8	-0,8	2,9	2,2	2,2	2,7	2,8
Outros 1/	0,0	-1,6	0,0	0,3	1,8	-0,1	-0,3	-1,2	-0,9	-1,2
Erros e omissões	-4,6	-6,7	-2,1	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global	-6,9	-3,1	0,6	0,6	0,6	0,7	0,9	0,7	0,6	0,4
Financiamento	6,9	3,1	-0,6	-0,6	-0,6	-0,7	-0,9	-0,7	-0,6	-0,4
Variação das reservas brutas (+ = aumento)	4,2	-1,0	-0,6	-0,7	-0,4	-0,3	-0,3	-0,1	-0,1	-0,1
Recompras/reembolsos ao Fundo (- = aumento)	-0,2	-0,2	-0,4	-0,6	-0,5	-0,4	-0,3
Financiamento excepcional	1,8	3,2	0,0	767,5
FMI	1,5	2,4	0,0	-178,9
Outras IFI	0,2	0,8	0,0	946,4
Por memória:										
Reservas internacionais brutas (excluindo títulos dados em garantia nas operações de recompra)	16,5	17,0	10,3	13,4	13,4	13,1	12,8	12,1	11,5	10,8
Reservas internacionais brutas (incluindo títulos dados em garantia nas operações de recompra) 2/	22,4	18,4	10,3	13,4	13,4	13,1	12,8	12,1	11,5	10,8

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Inclui a alocação de DSE de cerca de mil milhões de dólares americanos em 2021.

2/ Consistente com o tratamento dado pelo BNA, os depósitos em moeda estrangeira do Tesouro no BNA são excluídos das RIB a partir de 2022 (1,2 mil milhões de

Quadro 4c. Angola: Balança de pagamentos, 2020–29
Reestruturação da dívida registada como financiamento excecional
(em milhões de USD, salvo indicação em contrário)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
				Prel.				Proj.		
Conta corrente	429	8.431	12.152	4.104	3.631	2.429	1.788	405	880	680
Balança comercial	11.394	21.787	32.771	21.800	21.213	20.711	19.886	18.508	18.640	18.628
Exportações, FOB	20.937	33.581	50.038	36.885	36.844	36.878	36.478	35.688	35.725	35.925
Petróleo bruto	18.297	27.860	40.282	31.420	30.602	29.900	29.148	28.165	27.869	27.575
Gás e refinados de petróleo	1.288	3.978	7.217	3.251	3.772	3.774	3.005	2.615	2.261	1.962
Diamantes	1.070	1.550	1.946	1.572	1.635	1.701	1.770	1.842	1.916	1.973
Outros	283	194	593	642	835	1.503	2.555	3.066	3.679	4.415
Importações, FOB	9.543	11.795	17.267	15.085	15.631	16.167	16.592	17.179	17.085	17.298
Serviços (líquido)	-5.536	-6.957	-11.215	-8.515	-8.833	-9.135	-9.375	-9.708	-9.651	-9.770
Crédito	67	94	82	76	69	72	74	76	78	81
Débito	5.603	7.050	11.297	8.591	8.902	9.207	9.449	9.784	9.730	9.851
Rendimento primário (líquido)	-5.367	-5.752	-8.307	-8.696	-8.236	-8.609	-8.162	-7.796	-7.475	-7.503
Crédito	536	355	177	582	605	629	655	680	708	735
Débito	5.903	6.107	8.484	9.277	8.841	9.239	8.817	8.477	8.183	8.237
Rendimento secundário (líquido)	-63	-646	-1.097	-485	-512	-537	-561	-599	-634	-674
Administração pública	4	-11	-31	-17	-15	-14	-13	-11	-11	-10
Outros	-71	-629	-1.059	-449	-497	-523	-548	-587	-623	-664
<i>D/q: Transferências pessoais</i>	-71	-23	-112	-116	-119	-126	-132	-141	-150	-160
Conta de capital	1	2	-2	2	0	1	1	1	1	1
Balança financeira (+: saídas)	4.655	8.021	9.595	5.111	4.192	2.312	1.287	-151	141	31
Investimento direto	1.957	3.298	6.640	2.119	1.772	1.315	1.043	1.005	968	565
Aquisição líquida de ativos financeiros	91	-1.057	41	33	33	32	31	30	29	28
Aumento líquido de passivos	-1.866	-4.355	-6.599	-2.086	-1.738	-1.283	-1.013	-975	-939	-536
Investimento de carteira	-1.640	35	-923	-33	-34	-36	-338	-441	-2.543	-3.046
Aquisição líquida de ativos financeiros	-1.640	35	192	-33	-34	-36	-38	-41	-43	-46
Aumento líquido de passivos	0	0	1.114	0	0	0	300	400	2.500	3.000
Derivados financeiros (líquido)	-20	19	4	0	0	0	0	0	0	0
Outros investimentos	4.339	4.689	3.878	3.026	2.455	1.033	582	-715	1.716	2.512
Créditos e adiantamentos comerciais	-512	1.073	2.254	-2.336	1.465	1.019	881	754	723	633
Numerário e depósitos	519	537	-163	-1.994	-2.449	-4.190	-3.496	-2.839	-1.321	80
Empréstimos	4.350	4.436	1.720	7.044	1.417	4.349	3.606	2.952	3.572	3.606
<i>D/q: Administração central (líquido)</i>	3.121	2.128	1.866	2.140	66	4.058	3.293	4.161	4.345	6
Outros 1/	-18	-1.358	67	312	2.022	-145	-409	-1.583	-1.258	-1.807
Erros e omissões	-3.071	-5.663	-3.046	298	0	0	0	0	0	0
Saldo global	-7.296	-5.251	-490	-1.004	-561	118	501	557	740	650
Financiamento	7.296	5.251	490	1.004	561	-118	-501	-557	-740	-650
Varição das reservas brutas (+ = aumento)	2.819	-852	-881	-66	-408	-366	-386	-156	-136	-119
Recompras/reembolsos ao Fundo (- = aumento)	-179	-237	-496	-713	-714	-716	-538
Financiamento excecional	3.881	5.340	1.370	1.365	1.206	744	598	313	112	6
FMI	1.019	2.007
Outras IFI	165	701
Reestruturação da dívida	2.697	2.633	1.370	1.365	1.206	744	598	313	112	6
Juros externos	443	-32	-389	106	201	123	65	23	7	0
Amortização externa	2.254	2.665	1.759	1.260	1.005	621	533	289	105	6
Por memória:										
Conta corrente (em percentagem do PIB)	0,6	10,0	8,6	3,7	3,2	2,1	1,5	0,3	0,7	0,6
Balança de bens e serviços (percentagem do PIB)	8,8	17,6	15,2	12,1	11,3	10,6	9,6	8,0	8,2	8,1
Balança comercial (em percentagem do PIB)	17,1	25,8	23,1	19,9	18,8	17,5	16,0	13,9	13,2	12,4
Balança de capital e financeira (em percentagem do PIB)	2,8	10,5	7,4	5,4	4,3	2,7	1,9	0,5	0,7	0,5
Saldo global (em percentagem do PIB)	-11,0	-6,2	-0,3	-0,9	-0,5	0,1	0,4	0,5	0,6	0,5
Exportações de bens, FOB (em percentagem do PIB)	31,5	39,8	35,3	33,7	32,7	31,1	29,4	26,8	25,3	23,9
Importações de bens, FOB (em percentagem do PIB)	14,3	14,0	12,2	13,8	13,9	13,6	13,4	12,9	12,1	11,5
Reservas internacionais brutas (excluindo títulos dados em garantia nas operações de recompra)										
Em milhões de dólares americanos	10.978	14.375	14.661	14.727	15.135	15.501	15.887	16.043	16.179	16.298
Em meses de importações do próximo ano	7,0	6,0	7,4	7,2	7,2	7,1	7,1	7,2	7,2	7,0
Em percentagem da métrica ARA (flutuante)	97,0	116,1	109,7	129,9	127,7	135,9	142,4	143,6	143,7	145,7
Em percentagem da métrica ARA (controlada)	69,0	81,6	75,2	89,1	88,8	93,8	97,6	99,0	98,9	98,9
Reservas internacionais brutas (incluindo títulos dados em garantia nas operações de recompra) 2/										
Em milhões de dólares americanos	14.879	15.508	14.661	14.727	15.135	15.501	15.887	16.043	16.179	16.298

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Inclui a alocação de DSE de cerca de mil milhões de dólares americanos em 2021.

2/ Consistente com o tratamento dado pelo BNA, os depósitos em moeda estrangeira do Tesouro no BNA são excluídos das RIB a partir de 2022 (1,2 mil milhões de

Quadro 5. Angola: Dívida pública, 2020–29

(em percentagem do PIB)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
				Prel.				Proj.		
Total da dívida pública¹	119,1	74,3	56,1	73,9	58,5	52,1	45,3	40,0	36,7	35,1
Curto prazo	4,2	1,9	0,9	1,3	0,6	0,6	0,7	0,7	0,6	0,4
Médio e longo prazo	115,0	72,4	55,2	72,6	57,9	51,5	44,6	39,2	36,1	34,6
Interno	30,3	20,4	15,4	16,1	9,9	9,6	8,8	7,6	7,5	8,8
Curto prazo	4,0	1,8	0,9	1,2	0,5	0,6	0,7	0,6	0,6	0,4
Médio e longo prazo ²	26,3	18,6	14,5	15,0	9,4	9,1	8,1	6,9	6,9	8,5
Externo ²	88,9	53,9	40,7	57,8	48,6	42,5	36,5	32,4	29,2	26,2
<i>A: Bancos comerciais</i>	57,8	35,3	26,6	37,9	32,3	29,1	26,3	24,3	22,7	21,3
<i>A: Credores oficiais</i>	19,4	14,3	10,6	15,8	13,5	11,7	9,4	7,6	6,4	5,0
<i>A: outros credores privados</i>	11,7	4,3	3,5	4,1	2,7	1,8	0,9	0,4	0,1	-0,1
Curto prazo	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Médio e longo prazo	88,7	53,8	40,7	57,6	48,5	42,4	36,5	32,3	29,2	26,2
<i>D/q: Sonangol</i>	7,3	4,3	3,1	4,7	2,5	1,8	1,2	0,9	0,8	0,8
<i>D/q: TAAG</i>	0,3	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui a dívida da administração central, a dívida externa da petrolífera estatal Sonangol e da companhia aérea estatal TAAG, e a dívida

Quadro 6. Angola: Necessidades e fontes de financiamento orçamental, 2023–29

(em mil milhões de USD, salvo indicação em contrário)

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
				Proj.			
Necessidades de financiamento¹ (A)	13,7	7,9	6,7	7,8	8,2	10,6	11,5
Défice primário	-3,9	-6,7	-7,1	-6,6	-6,0	-5,7	-4,4
Serviço da dívida	16,6	14,0	13,4	14,0	13,9	16,1	15,8
Serviço da dívida externa	9,5	6,7	10,0	9,4	9,2	10,4	10,7
Capital	5,8	3,4	6,1	5,7	5,6	7,0	7,2
Juros	3,7	3,3	3,9	3,7	3,5	3,4	3,5
Serviço da dívida interna	7,1	7,3	3,4	4,6	4,7	5,7	5,1
Capital	4,8	5,4	1,6	2,5	3,0	3,7	3,0
Juros	2,3	1,9	1,8	2,1	1,7	2,0	2,2
Recapitalizações	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Regularização líquida de atrasados internos / contas a pagar	0,6	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,0
Regularização líquida de atrasados externos / contas a pagar	0,3	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0
Fontes de financiamento (B)	13,0	7,9	6,7	7,8	8,2	10,6	11,5
Desembolsos da dívida externa	4,9	4,3	2,7	3,3	3,1	5,7	5,9
Desembolsos da dívida interna	4,9	2,2	2,6	3,0	3,5	5,0	5,7
Défice de financiamento (A-B)	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Por memória :							
Total de disponibilidades de tesouraria ³	0,7	1,4	1,9	2,2	2,5	2,8	3,0
Total de disponibilidades de tesouraria (em meses de despesas) ⁴	1,1	2,1	2,7	2,9	3,5	3,7	3,8
Taxa de renovação da dívida externa (em percentagem) ⁵	52	65	27	35	34	54	55
Taxa de renovação da dívida interna (percentagem) ⁶	74	35	82	68	76	89	112

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ A serem colmatadas com novas emissões. As necessidades de financiamento podem diferir das NBF padrão da ASD.² Exclui transações do FSDEA e em numerário relacionadas com receitas de privatização e regularização de atrasados a partir de³ Depósitos do governo no BNA, incluindo variações de valor.⁴ Depósitos do governo no BNA, em meses de gastos com salários e juros, incluindo variações de valor.⁵ Rácio entre os desembolsos (excl. financiamento do programa) e o serviço da dívida externa.⁶ Rácio entre os desembolsos (excluindo adiantamentos do BNA e os títulos do governo emitidos para recapitalizações e regularizações de atrasados) e o serviço da dívida interna (excluindo as obrigações emitidas para liquidar os adiantamentos do BNA).

Quadro 7. Angola: Indicadores financeiros, 2015–23¹

(em percentagem)

	Dec-15	Dec-16	Dec-17	Dec-18	Dec-19	Dec-20	Dec-21	Dec-22	Jun-23	Dec-23
Adequação do capital										
Fundos próprios regulamentares/ativos ponderados pelo risco	19,8	19,2	18,9	24,2	23,2	20,3	23,8	28,4	23,4	30,3
Fundos próprios (património líquido)/ativos ponderados pelo risco	13,8	14,3	17,6	21,7	19,1	17,7	20,6	21,3	21,7	28,8
Qualidade dos ativos										
Empréstimos em moeda estrangeira/total dos empréstimos	30,8	29,5	25,1	28,1	31,6	30,3	21,7	20,0	28,7	26,4
Crédito malparado/empréstimos brutos	11,6	13,1	28,8	28,3	32,4	18,4	20,3	14,4	13,6	15,9
Créditos não produtivos líquidos de provisões/ fundos próprios	20	27,4	35,0	19,9	-28,4	-38,3	-32,9	-14,1	-23,8	-8,2
Distribuição setorial do crédito										
Crédito ao setor público/total do crédito	29,4	8,7	10,9	11,6	9,7	10,2	9,1	8,1	10,4	12,3
Crédito ao setor privado/total do crédito	42,1	91,3	89,1	88,5	90,3	89,8	90,9	91,9	89,6	87,7
Lucros e rentabilidade										
Rentabilidade dos ativos (ROA)	1,7	2,2	2,1	4,4	-1,3	-2,9	2,2	2,7	4,8	4,2
Rentabilidade dos capitais próprios (ROE)	12,9	15,6	14,5	26,6	-10,0	-29,8	26,7	22,1	33,0	30,4
Custos/rendimentos	99,8	99,7	99,8	99,6	109,8	121,5	81,3	76,3	68,2	66,3
Taxa de juro sobre empréstimos menos taxa de juro sobre depósitos à vista	9,9	19,3	23,8	27,3	20,4	14,5	10,2	8,2	9,7	7,0
Taxa de juro sobre a poupança	3,5	4,8	9,7	4,5	8,3	11,4	10,8	10,0	14,0	5,8
Margem financeira/rendimento bruto	53,01	63,1	72,3	43,2	44,9	168,3	91,0	73,2	45,9	57,7
Liquidez										
Ativos líquidos/total do ativo	39,7	46,3	33,8	22,2	26,6	30,1	35,8	30,9	31,3	35,6
Ativos líquidos/passivos de curto prazo	50,6	59,2	43,2	28,6	32,6	35,8	43,6	38,9	38,3	44,4
Créditos/depósitos	59	51,6	49,3	44,2	42,0	32,7	35,9	34,4	35,1	35,5
Passivos em moeda estrangeira/total do passivo	0,0	34,4	33,5	46,1	53,0	54,2	45,5	36,3	45,5	40,5
Sensibilidade ao risco de mercado										
Posição aberta líquida em moeda estrangeira/fundos próprios ^{3,4}	34,37	42,9	46,1	36,5	2,1	32,6	39,6	17,2
NÚMERO DE BANCOS DECLARANTES^{5,6}	28	27	29	27	26	26	25	23	23	23

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ Com base nos dados provenientes do Departamento de Supervisão de Instituições Financeiras do Banco Nacional de Angola, que diferem da base de dados dos Indicadores de Solidez Financeira do FMI

² Um banco, atualmente em processo de reestruturação, regista as provisões diferidas (uma medida regulamentar moratória) na categoria "outros ativos". Este tratamento contabilístico resulta na sobreavaliação dos fundos próprios regulamentares do setor bancário mas não afeta o crédito malparado. O reconhecimento das provisões diferidas distribui-se ao longo dos próximos anos (pela dedução ao valor dos "outros ativos").

³ No final de 2023, o total de ativos do setor bancário ascendia a 35% do PIB. Existe 6 bancos estrangeiros, com um montante de ativos correspondente a 12,5% dos ativos do sistema bancário. Um banco estrangeiro está classificado como de "importância sistémica", com 6,4% dos ativos do sistema bancário. Não existem sucursais no estrangeiro.

⁴ Números positivos indicam uma posição longa, em dólares americanos.

⁵ Os números de março e junho de 2023 não foram fornecidos na última submissão de dados pelas autoridades.

⁶ No fim de setembro de 2022, existiam 6 bancos estrangeiros em Angola com ativos totais correspondentes a 12,3% dos ativos totais do sistema. Durante o terceiro trimestre de 2022, um banco pequeno abdicou voluntariamente da sua licença, e outro banco teve a sua licença revogada pelo BNA.

Quadro 8. ANGOLA: Indicadores de crédito do FMI, 2021–30
(nas unidades indicadas)

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
			Est.				Proj.			
Acordos do FMI existentes e potenciais, em milhões de DSE										
Desembolsos	1.408,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Stock de crédito do FMI existente e potencial	3.213,4	3.213,4	3.079,3	2.900,5	2.526,9	1.991,3	1.455,8	920,2	518,7	162,0
Obrigações	49,3	91,9	326,9	387,6	579,2	709,1	666,3	625,9	464,4	399,4
Capital (reembolso/recompra)	0,0	0,0	134,1	178,8	373,6	535,6	535,6	535,6	401,5	356,7
Encargos e juros	49,3	91,9	192,8	208,8	205,6	173,6	130,7	90,3	62,9	42,6
CENÁRIO DE BASE										
Obrigações do FMI, em percentagem de										
Quota	6,7	12,4	44,2	52,4	78,3	95,8	90,0	84,6	62,7	54,0
Produto interno bruto	0,1	0,1	0,4	0,5	0,6	0,8	0,7	0,6	0,4	0,3
Exportações de bens e serviços	0,2	0,2	1,2	1,4	2,1	2,6	2,5	2,3	1,7	1,5
Reservas internacionais brutas	0,5	0,8	3,0	3,4	5,0	5,9	5,5	5,2	3,8	3,2
Receita pública	0,4	0,4	2,3	2,5	3,8	4,7	4,3	4,0	3,0	2,5
Serviço da dívida externa	1,4	1,7	4,6	7,7	7,7	10,0	9,7	8,0	5,8	5,8
Crédito em aberto com o FMI, em percentagem de										
Quota	434,2	434,2	416,1	391,9	341,4	269,1	196,7	124,3	70,1	21,9
Produto interno bruto	5,3	3,0	3,8	3,4	2,8	2,1	1,5	0,9	0,5	0,1
Exportações de bens e serviços	13,3	8,5	11,1	10,4	9,1	7,3	5,4	3,4	1,9	0,6
Reservas internacionais brutas	31,2	29,1	27,9	25,4	21,7	16,7	12,1	7,6	4,3	1,3
Receita pública	25,7	15,0	21,6	18,9	16,5	13,1	9,5	5,8	3,4	1,0
Dívida externa	8,7	8,0	7,9	7,4	7,1	6,0	4,7	3,1	1,8	0,6
CENÁRIO NEGATIVO										
Obrigações do FMI, em percentagem de										
Quota	6,7	12,4	44,2	52,4	78,3	95,8	90,0	84,6	62,7	54,0
Produto interno bruto	0,1	0,1	0,4	0,5	0,9	0,9	0,8	0,7	0,4	0,3
Exportações de bens e serviços	0,2	0,2	1,2	2,2	3,3	3,7	2,9	2,7	2,0	1,7
Reservas internacionais brutas	0,5	0,8	3,0	4,3	6,8	8,8	7,9	7,3	5,2	4,2
Receita pública	0,4	0,4	2,3	3,5	5,8	6,6	5,3	4,7	3,5	2,4
Serviço da dívida externa	1,4	1,7	4,6	7,7	7,6	10,0	9,5	7,7	5,7	5,7
Crédito em aberto com o FMI, em percentagem de										
Quota	434,2	434,2	416,1	391,9	341,4	269,1	196,7	124,3	70,1	21,9
Produto interno bruto	5,3	3,0	3,8	3,9	3,9	2,6	1,6	1,0	0,5	0,1
Exportações de bens e serviços	13,3	8,5	11,1	16,6	14,3	10,5	6,4	4,0	2,2	0,7
Reservas internacionais brutas	31,2	29,1	27,9	32,4	29,8	24,8	17,3	10,8	5,8	1,7
Receita pública	25,7	15,0	21,6	26,4	25,5	18,4	11,5	6,9	3,9	1,0
Dívida externa	8,7	8,0	7,9	7,4	7,1	6,0	4,4	2,9	1,7	0,5

Fontes: Autoridades angolanas e cálculos do corpo técnico do FMI.
¹ Menos o serviço da dívida externa garantida.
² Menos a dívida externa garantida.
³ Incluindo a Sonangol, a TAAG e as garantias públicas.

Anexo I. Matriz de Avaliação de Riscos Mundiais (7 de fevereiro de 2024)

Riscos ¹	Probabilidade	Impacto potencial	Medidas de mitigação
<p>Volatilidade dos preços das matérias-primas. Uma sucessão de perturbações do lado da oferta (por exemplo, devido a conflitos, restrições à exportação e decisões da OPEP+) e flutuações da procura provocam uma volatilidade recorrente dos preços das matérias-primas, pressões externas e orçamentais nas EMED, repercussões transfronteiras e instabilidade social e económica.</p>	Alta	Alto	<p>Enquanto economia rica em petróleo, os preços do petróleo mais baixos do que o previsto representam riscos para a economia.</p> <p>O aumento dos preços dos produtos alimentares poderá amplificar a insegurança alimentar em Angola e agravar as já elevadas pressões orçamentais e inflacionistas.</p> <p>As pressões externas e orçamentais nas EMED também envolvem um risco de contágio a Angola, afetando negativamente as perspectivas do seu acesso ao mercado.</p> <p>As medidas de mitigação incluem: i) simplificar os procedimentos administrativos para atrair investimentos para o sector petrolífero, ii) mobilizar receitas fiscais não petrolíferas adicionais; iii) conter as despesas, se necessário, para libertar espaço orçamental para as despesas sociais para os mais vulneráveis; iv) prosseguir com as operações activas de gestão da dívida para regularizar o serviço da dívida externa a médio prazo; v) permitir que a taxa de câmbio funcione como um amortecedor de choques, sempre que necessário, para preservar as reservas externas; vi) acelerar as reformas para diversificar a economia.</p>
<p>Abrandamento repentino a nível mundial. Os factores de risco mundiais e idiossincráticos causam um abrandamento acentuado e sincronizado do crescimento, o que resulta em recessões imediatas em alguns países, bem como em repercussões adversas através dos canais comerciais e financeiros, e na fragmentação do mercado, desencadeando paragens súbitas nas EMED.</p>	Média	Alto	<p>As medidas incluem: i) mobilizar receitas fiscais não petrolíferas adicionais; ii) conter as despesas, se necessário, preservando, ao mesmo tempo, as despesas sociais para os mais vulneráveis; iii) prosseguir com as operações activas de gestão da dívida para regularizar o serviço da dívida externa a médio prazo; iv) permitir que a taxa de câmbio funcione como um amortecedor de choques, mantendo uma orientação de maior restritividade e gerindo as expectativas de inflação, v) acelerar as reformas para diversificar a economia.</p>
<p>Sobre-endividamento da dívida soberana. Os efeitos dominó decorrentes de taxas de juro mais elevadas a nível mundial, de um abrandamento do crescimento nas EA e/ou de eventos desordenados da dívida em algumas EMED repercutem-se noutros países altamente endividados, o que resulta em saídas de capital, num aumento dos prémios de risco e na perda de acesso ao mercado.</p>	Média	Alto	<p>As medidas incluem: i) antecipar o ajustamento orçamental, protegendo simultaneamente as despesas sociais, ii) realizar o ajustamento do plano de emissão de dívida com dependência limitada dos mercados internacionais, iii) mobilizar financiamento adicional junto de instituições financeiras internacionais (IFI) e da comunidade de doadores.</p>

Riscos ¹	Probabilidade	Impacto potencial	Medidas de mitigação
Instabilidade financeira sistémica. As oscilações bruscas das taxas de juro reais e dos prémios de risco, e a reavaliação dos preços dos activos no contexto de abrandamentos económicos e alterações de política conduzem a insolvências nos países com bancos ou instituições financeiras não bancárias frágeis, causando perturbações do mercado e repercussões transfronteiras adversas.	Média	Alto	As medidas incluem: i) acelerar as reformas para reforçar o mecanismo de resolução, ii) permitir a flexibilidade da taxa de câmbio, mantendo simultaneamente uma orientação mais restritiva da política monetária, iii) prosseguir, se necessário, uma consolidação orçamental conducente ao crescimento e, ao mesmo tempo, proteger as despesas sociais e os investimentos públicos críticos, iv) mobilizar financiamento adicional junto de instituições financeiras internacionais (IFI) e da comunidade de doadores.
Eventos climáticos extremos. Fenómenos climáticos extremos provocados pelo aumento das temperaturas causam perda de vidas humanas, graves danos nas infraestruturas, perturbações do lado da oferta, um menor crescimento e instabilidade financeira.	Média	Médio	As medidas incluem: i) impulsionar as reformas de diversificação e políticas estruturais para aumentar o investimento no sector agrícola e aumentar a sua resiliência, nomeadamente nos domínios das infraestruturas, do ambiente de negócios e do capital humano; ii) reforçar os programas de transferências sociais (como o programa Kwenda) para proteger os mais vulneráveis dos choques.
Intensificação do(s) conflito(s) regional(ais). A escalada da guerra da Rússia na Ucrânia ou outros conflitos regionais e as sanções económicas daí resultantes perturbam o comércio (por exemplo, nos domínios da energia, produtos alimentares, turismo e/ou componentes críticos da cadeia de abastecimento), as remessas, os fluxos de refugiados, o IDE e os fluxos financeiros, bem como os sistemas de pagamento.	Alta	Baixo	As medidas incluem: i) impulsionar os esforços de diversificação e as reformas estruturais para aumentar os investimentos no sector agrícola (que é sensível aos choques na oferta de fertilizantes); ii) intensificar as medidas de desenvolvimento das infraestruturas, do ambiente de negócios e do capital humano; iii) reforçar os programas de transferências sociais (como o programa Kwenda) para proteger os mais vulneráveis dos choques.
Descontentamento social. Uma inflação elevada, a perda de rendimentos reais, as repercussões de conflitos (incluindo a migração), o agravamento das desigualdades e eleições controversas provocam agitação social e políticas populistas prejudiciais. Tal agrava os desequilíbrios, abranda o crescimento e gera incerteza política e uma reavaliação dos preços de mercado.	Média	Médio	As medidas incluem: i) colaborar com as principais partes interessadas (incluindo a sociedade civil) para apoiar a consolidação orçamental e o processo de reformas nacionais apoiado pela SADC, ii) melhorar as políticas sociais específicas e reforçar as redes de segurança social, incluindo o programa Kwenda, iii) manter a disciplina orçamental, iv) melhorar a governação, a transparência e a responsabilização e reduzir a corrupção.

¹ A Matriz de Avaliação de Riscos (MAR) mostra acontecimentos que podem alterar de forma relevante a trajetória de base. A probabilidade relativa constitui a avaliação subjetiva do corpo técnico dos riscos previstos no cenário de base ("baixa" significa uma probabilidade inferior a 10%, "média" uma probabilidade entre 10% e 30% e "alta" uma probabilidade entre 30% e 50%). A MAR reflete a opinião do corpo técnico sobre as fontes de riscos e o nível geral das preocupações no momento das discussões com as autoridades. Riscos não mutuamente exclusivos podem interagir e materializar-se conjuntamente. Os choques e os cenários conjunturais salientam os riscos que podem materializar-se num horizonte mais curto (entre 12 e 18 meses), tendo em conta o cenário de base atual. Os riscos estruturais são aqueles que porventura continuam a ser proeminentes num horizonte temporal mais prolongado.